



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SARDOAL

ATA N° 6/2021

SESSÃO ORDINÁRIA

29 DE DEZEMBRO DE 2021

PRESIDENTE: Miguel Jorge Andrade Pita Mora Alves

1º SECRETÁRIO: Alcina Manuela Batista Pinto C. Almeida

2º SECRETÁRIO: Rita Margarida Passarinho Navalho

Aos vinte e nove dias do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte e um pelas vinte horas e quinze minutos, reuniu em sessão ordinária, a Assembleia Municipal de Sardoal, no Sala Polivalente do Centro Cultural Gil Vicente, em Sardoal, com a seguinte Ordem de Trabalhos:-----

Período Antes da Ordem de Trabalhos

Intervenção do Público

Ordem de Trabalhos

- 1. Informação do Presidente da Câmara, em cumprimento da alínea c) do nro. 2 do artigo 25º,
da Lei nro. 75/ 2013, de 12 de setembro;**
- 2. Substituição de membro nomeado para a CPCJ de Sardoal na Assembleia Municipal;**
- 3. Adjudicação de empréstimo a curto prazo;**
- 4. Revisão Orçamental;**
- 5. Informação sobre a situação económica e financeira semestral – 2021;**
- 6. IMI – taxas a aplicar para o ano de 2021, a liquidar em 2022;**
- 7. Taxa Municipal dos Direitos de Passagem para 2022;**
- 8. IRS – Participação Variável – 2022;**
- 9. Derrama – a liquidar em 2022, referente a 2021;**
- 10. Tabela de taxas e Preços – Atualização para 2022;**
- 11. Grandes Opções do Plano bem como o Orçamento e Mapa de Pessoal para o ano de 2022;**

Seguidamente procedeu-se à chamada, tendo-se verificado a presença dos seguintes deputados da Assembleia:-----

Miguel Jorge Andrade Pita Mora Alves, Adérito Miguel Gaspar Garcia, Joana Marcos Barroso Ramos, Maria Aida Costa Batista, Joaquim António Lopes Serras, Rui Manuel Lourenço Valente, Francisco da Silva António, Fernando Cascalheira Vasco, Célia Maria Neto Dias Lopes, Rita Margarida Passarinho Navalho, César Filipe Gonçalves Marques, Adriano Chambel Grácio Martins, Vitor Júlio Outeiro Morais, Alcina Manuela Batista Pinto Cardoso Almeida, Miguel Afonso Catalão Alves, Paulo José Casola Pedro, Dora Maria Lavrador dos Santos, Duarte Nuno Alves Batista.-----

Estiveram presentes os Senhores Presidente da Câmara, Vice-Presidente e Vereadores, Patricia Rei, Pedro Duque e Patricia Silva.-----

Não esteve presente o Senhor deputados Paulo Jorge Falcão Lourenço.-----

Posta a votação a ata da anterior sessão a mesma foi aprovada por unanimidade.-----

Período Antes da Ordem de Trabalhos

O Senhor Presidente da Assembleia iniciou a sessão referindo o seguinte: "A questão da intervenção do público que passa a estar a meio, entre o período da ordem trabalhos e a ordem de trabalhos, bem sei que o tempo foi pouco mas no aditamento ao edital que fiz, coloquei lá o e-mail no qual as pessoas se poderiam inscrever para a participação neste período de intervenção do público, não houve nenhuma inscrição para intervenção, portanto este período de intervenção do público não vai existir, porque há uma inexistência de intervenções, compreendo que o edital foi colocado um pouco em cima da hora, mas como disse, o meu raciocínio foi o que acabei de vos explicar.

Dizer também que o ponto número 10, que diz tabela de taxas e preços com a atualização para 2022, vai ser retirado da Ordem de Trabalhos, posso explicar porquê, porque o que se prevê é só o aumento relativo à inflação, portanto não cabe à Assembleia Municipal apreciar e votar esse aumento da inflação, só se houvesse um aumento extraordinário é que faria parte da Ordem de Trabalhos da Assembleia Municipal, vamos passar do nove para o onze.

Entrando no período antes da ordem do dia e referindo que como falamos na aprovação do Regimento na Assembleia Municipal anterior, ficou em aberto a questão de ser em dias úteis ou dias contínuos, eu tentei perceber o que é que seria melhor, a conclusão a que cheguei foi, que faria mais sentido nós mantermos, ou seja, darmos como dias úteis, conforme o código do procedimento administrativo no seu artigo 87, fala da contagem de prazos, nos prazos que este Regimento contempla sempre prazos normalmente abaixo dos 30 dias, portanto parece-me a mim, melhor, estou aberto a opiniões, que se mantenha como procedimento, a questão dos dias úteis, a exclusão dos sábados, domingos e feriados e depois o próprio artigo 87 do código de procedimento administrativo, tem lá outras exceções mas que, penso eu, que no nosso Regimento dificilmente terão cabimento, vamos manter os dias úteis como a contagem de prazos no que diz respeito ao nosso Regimento. -----

Passaria à questão da ata, como estava previsto deveria ser o ponto nro.1 e aqui eu assumo a minha culpa, não me lembrei dessa situação e não coloquei na Ordem de Trabalhos, o ponto 1 como ata, vamos ter de votar a ata da reunião anterior, no período antes da ordem de trabalhos, peço desculpa por isso, e em relação à ata queria agradecer os contributos que tive, sobretudo da segunda secretária Rita Navalho, que chamou à atenção para uma situação importante que dizia respeito a uma votação, eu próprio quando anunciei os resultados anunciei-os mal, na página 20, no ponto 3, na votação da Estratégia Local de

Habitação, o resultado da votação foi 13 votos a favor, do PSD, mais os votos a favor do senhor deputado Miguel Catalão Alves e da senhora deputada Rita Navalho e 5 votos de abstenção do PS, e o que aparece na ata é 12/6, na altura houve um erro de contagem meu, mas depois fui rever e de facto bate certo, a nossa secretária Rita Navalho tinha razão e ainda bem que reparou neste pormenor. Foram também feitas aqui algumas alterações gramaticais que faziam sentido e mediante isso estão abertas as inscrições para quem quer intervir nesta questão da ata. -----

Posta a votação, a ata da reunião anterior foi aprovada por unanimidade. -----

Tomou a palavra o Senhor deputado Adérito Garcia, referindo "A minha intervenção uma primeira parte um pouco mais política, depois quero dar conta também do que se passou na Assembleia da Comunidade Intermunicipal na passada segunda-feira e depois algumas questões para o Senhor Presidente da Câmara, também é para isto que cá estamos. -----

Ora então, a primeira questão, mais política, tem um pouco a ver com os resultados eleitorais, a primeira Assembleia Municipal ordinária, após as eleições e nós entendemos que alguns comentários devem ser feitos aos resultados obtidos. Assistimos de facto uma redução da diferença entre as principais forças políticas que têm alternado na governação, digamos assim, da Câmara Municipal e portanto, digamos que, desta vez para a Câmara Municipal e para Assembleia também, as coisas também foram muito divididas, mas para a Câmara Municipal de facto os resultados apontam para um grande equilíbrio de forças e é bom que no desempenho dos mandados e no desempenho de cada um, das suas funções, que se tenha isto em atenção, nomeadamente no que diz respeito à oposição e é importante que seja respeitada a oposição, porque representam metade, menos 34 votos, são só 34 votos a diferença, e é bom ter isto em consideração, nomeadamente até para a cedência de alguns espaços, os senhores vereadores do Partido Socialista já pediram, que sei que pediram, um espaço para poderem receber os munícipes e havia todo o interesse, até em nome da transparência que o possam ter, um espaço que não seja o edifício da Câmara Municipal, para que as pessoas se sintam o mais à vontade possível para conversar com os senhores vereadores. Devo também de frisar que de todas as listas de recandidatos, a lista que conseguiu aumentar a sua vantagem em consequência aos votos, foi a lista que se recandidatou à junta de freguesia de Sardoal e isso também deve ser tomado em conta por todos os que foram eleitos. Dizer ainda que apesar de tudo, estas eleições autárquicas não foram isentas de alguns incidentes, nomeadamente no caso da Freguesia de Santiago Montalegre, ocorreu que o presidente de junta em funções à data,

teve por algum tempo junto à entrada da secção de voto a conversar com as pessoas que iam votar, o que de facto não era de todo aconselhável, foi chamado a atenção por duas vezes e só a segunda vez é que se recolheu para espaços mais afastados da secção de voto, tive conhecimento também, é claro que isto carece sempre de confirmação e quando eu soube já foi muito tarde de que, também na Freguesia de Santiago de Montalegre, de qualquer forma os resultados estão publicados, oficializados, nada os vai alterar, mas que também houve transporte de eleitores para as mesas de voto em viatura particular por titulares de cargos da junta, o que é perfeitamente ilegal, isso talvez justifique, para o bem e para o mal, o número de eleitores que votaram nesta freguesia, que face a tudo o que era expectável, foi bastante superior, ainda bem que votaram, mas, não sei até que ponto é que o fizeram com toda a liberdade que deviam ter, por outro lado, tivemos também notícia de que nas mesas de voto do Sardoal, houve delegados das mesas de voto que estiveram também bastante tempo à entrada das secções de voto a cumprimentar as pessoas, a falar com as pessoas o que não é todo aconselhável, porque pode ser entendido como uma tentativa de apelo ao voto, em momento que não é de facto o ideal, sendo que os delegados têm funções muito específicas, que é de facto de vigiar tudo o que se passa na secção de voto e não de provocar ou de ter atitudes deste género. O mais importante é que hoje, praticamente três meses após as eleições, estejamos todos de consciência tranquila sobre aquilo que fizemos e sobre aquilo que resultou da nossa ação e acima de tudo que nas eleições que vão decorrer a 30 de janeiro, que possamos todos melhorar as nossas atitudes e que possam ser o mais isentas possível e que as possam votar em liberdade e de acordo com a sua consciência, é um apelo, é mais nesse sentido, para que as próximas eleições possam decorrer com maior normalidade.

Passando para a Assembleia da Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo, que decorreu na passada segunda-feira presencialmente, em Tomar, no Auditório da Biblioteca Municipal de Tomar, um espaço um pouco mais arejado, digamos assim mais espaçoso do que o sítio onde costumava funcionar e só para dar conta daquilo que ocorreu, foi então a tomada de posse de todos os membros eleitos para a Assembleia da Comunidade Intermunicipal, portanto todos os municípios que compõem a Comunidade Intermunicipal elegeram, tal como nós elegemos, na nossa Assembleia, os membros a integrar esta Assembleia, houve tomada de posse, houve eleição do secretário executivo por proposta do conselho executivo e, para informação, foi proposto e foi aprovado por unanimidade a continuidade do Dr. Miguel Pombeiro, foi também apreciado o relatório de

atividade da Comunidade Intermunicipal, desde a última reunião e portanto que será sensivelmente desde fevereiro, março, por aí, foi aprovado uma revisão orçamental do género de uma que temos hoje em discussão, que tinha em conta ajustar o orçamento para o nível de execução que a lei agora exige, que seja por volta de pelo menos 85%, e foram aprovadas as opções do plano e o orçamento para 2022, com o orçamento global na ordem dos 11630000 euros e que, dentro de outras coisas inclui uma redução das cotas pagas pelos municípios que são de facto associados ou constituem esta comunidade, muito por conta da redução do FEF, fundo de equilíbrio financeiro, que todas as autarquias estão a sofrer por ajustes que eram mais ou menos conhecidos. No caso do Sardoal o valor total anual para 2022 é de 35570€, menos uns cêntimos, mas números redondos, é isto, e consubstanciam uma redução na cota face a 2021, de 1476€, isto tudo em termos de Comunidade Intermunicipal ou da Assembleia, foi isto que se passou e que tenho a obrigação de transmitir à Assembleia Municipal.

Questões para o Senhor Presidente da Câmara, primeira tem a ver com os Acordos de Execução com as Juntas de Freguesia, gostava de saber, ou queria perguntar ao Senhor Presidente qual é o estado em termos de pagamentos, qual é a situação do acordo de execução de 2020 e 2021 o que é que está pago, o que é que falta pagar e que juntas, qual é o ponto da situação.

Depois porque estamos em início de mandato, é bom fazermos um ponto de situação sobre dois temas que são mais ou menos regulares aparecerem nas nossas reuniões, que são o PDM, qual é o estado da atualização, da revisão do PDM, é bom termos um ponto da situação em início de mandato, para percebermos exatamente onde é que estamos, e acompanhar a partir daqui para quem chegou agora, e a mesma questão sobre a Barragem da Lapa, o Senhor Presidente informou-nos do diferendo, que foi impossível chegar a acordo, que seguiria processo para Tribunal, Senhor Presidente faça-nos o ponto da situação resumido desse dossier, e para terminar, sobre o Plano Municipal da Saúde, é um plano que está a ser desenvolvido por vários municípios, é uma indicação, sugestão da Organização Mundial de Saúde, no nosso país já há vários municípios que o têm elaborado, alguns até já o têm há mais 10 anos e a pergunta para o Senhor Presidente é, se está previsto elaborarmos este plano também no nosso município e quando. Daquilo que eu percebi na Comunidade Intermunicipal, há intenção de criar um plano intermunicipal, um Plano da Comunidade da Saúde, mas precisa primeiro que cada Município complete o seu e trabalhe o seu para se poder depois agrupar.

Por fim, o Senhor Presidente tinha assumido o compromisso em reuniões de câmara municipal se não me engano, de publicar ou de concluir até ao final deste ano o Relatório de Observância do Direito da Oposição, gostava que o Senhor Presidente nos dissesse qual é o ponto situação uma vez que estamos quase a terminar o ano." -----

Interveio o Senhor Presidente da Assembleia para referir o seguinte: "Quería só aqui dizer-lhe dizer duas coisas a respeito da sua intervenção, a primeira é que, e estou a falar por mim e pela Assembleia Municipal, nunca o tamanho da vitória ou da derrota foi importante para o respeito que eu tenho e que acho que as instituições devem ter pela oposição, seja ganhar por 100 ou por 500, o respeito pela oposição deve ser sempre igual e penso que todos serão testemunhas que na Assembleia Municipal foi isso que aconteceu, respeito sempre pela oposição, portanto não acompanho o seu raciocínio que por ter havido uma evolução na votação de um partido A ou do partido B ou o decréscimo na outra que isso seja mais ou menos merecedor de maior respeito. Em relação ao estatuto da oposição, isso não é assim que funciona, o respeito pelo estatuto da oposição tem que existir Independentemente de qualquer votação. Depois, dizer-lhe também que, mais uma vez alegar factos que não estão aprovados ou determinadas situações que falou há pouco, numa Assembleia Municipal me parece um bocadinho desapropriado porque como teve oportunidade de dizer, ouviu-se, diz-se, e dizer isto numa Assembleia Municipal parece-me grave e parece-me desapropriado, porque uma coisa é haver factos provados, agora, estarmos aqui a falar de situações hipotéticas e querer levantar eventualmente juízos de opinião acerca do que foi feito sem haver provas concretas, parece-me, deixe-me dizer-lhe, de algum mau tom, ainda mais na primeira assembleia deste mandado em que temos este período antes da ordem de trabalhos, digamos que acho que merecia outra forma de começar, como é óbvio todos nós sabemos interpretar os resultados das eleições, e o respeito entre nós tem que prevalecer." -----

Tomou a palavra o Senhor deputado Miguel Alves, referindo "Em primeiro lugar queria desejar a continuação de umas festas felizes, umas boas festas, esperar que o ano que se avizinha seja repleto de muita saúde e que embora o Covid ainda não passou e embora a mortalidade desta doença para quem já está vacinado não atingir números preocupantes, preocupa-nos sim o aumento dos casos de infetados por esta nova variante e acho que temos todos que nos acautelar. Eu às vezes sinto que, e costumo dizer, que demos um passo à frente para dar dois passos atrás e isso traz-nos alguma apreensão e traz-nos também muito medo e receios mesmo, mas temos que continuar a confiar no nosso SNS e por isso quero dar também uma palavra de incentivo e agradecimento a todos os

profissionais de saúde que têm sido inexcedíveis, eu vejo aqui em casa, tenho uma profissional de saúde em casa, a minha mulher, que quando está no gozo de descanso, no gozo da sua folga, o telemóvel não tem parado e as pessoas que convivem diretamente com os profissionais de saúde sabem bem que é verdade, nós temos dois elementos na nossa Assembleia, o Presidente da Assembleia e o deputado César que sabe bem o que é que tem aguentado e superado, portanto, em meu nome, o agradecimento a todos vós. Quero dar também uma palavra a todas as associações, uma palavra de apreço, comissões que tomaram posse há relativamente pouco tempo e dar-lhes uma palavra de alento para continuarem, porque temos visto algumas encerrar praticamente portas e isso entristece-me imenso porque muitas delas são um pilar fundamental do desenvolvimento das suas aldeias, por isso uma palavra de força, de incentivo, para não desistirem.

Na última Assembleia Municipal dei a sugestão e referi, que todos os partidos poderiam tentar fazer um pouco melhor, na tentativa de cumprirmos o Regimento, isto também no intuito de aproximar cada vez mais os munícipes, da vida do nosso concelho, do que se discute aqui e por isso incentivamos também a participar, mas eu acho que existem simples detalhes, onde, na nossa perspetiva, podemos fazer melhor, como é neste caso, como foi e como vai ser o caso desta Ordem de Trabalhos desta Assembleia, quem a elencou não foi feliz e digo porquê, não me parece ser o mais apropriado colocar-se o ponto mais importante, como disse há pouco o Senhor Presente da Assembleia, o ponto mais importante desta reunião, direi mesmo até do ano, à semelhança da prestação de contas colocar-se a mesma no último ponto da Ordem de Trabalhos, quando temos a experiência que estas reuniões, estas Assembleias demoram no mínimo 3 a 4 horas de reunião, isto para não passar da meia-noite e é quando temos que pedir autorização para passar, estou a falar das Grandes Opções do Plano e Orçamento mas esta não é só a nossa opinião, mas como é corroborada com outras assembleias, aliás pela maioria das Assembleias Municipais e partidos diferentes do nosso e por isso e apenas isto uma chamada de atenção e que nos causa alguma estranheza, porque também já foi praticado de outra forma por esta assembleia e trago-vos aqui alguns exemplos daquilo que estou a referir-me, por exemplo, a Assembleia Municipal de Constância, tem 9 pontos da ordem do dia e logo a seguir à intervenção do público que é o primeiro, vem as Grandes Opções do Plano e Orçamento, a Assembleia Municipal de Mação, tem 7 pontos da ordem do dia e logo a seguir a Informação do Presidente vem as Grandes Opções do Plano e do Orçamento, vou mais longe, a Assembleia Municipal de Santarém, tem 27 pontos da ordem do dia, 27, e logo a seguir à informação dos deputados que têm acento em várias

comissões de uma revisão de contas e de uma moção, no quinto ponto da ordem do dia, vem as Grandes Opções do Plano e do Orçamento, a nossa Assembleia Municipal do Sardoal tem 11 pontos na ordem do dia e onde é que se coloca a discussão das Grandes Opções do Plano do Orçamento, no último ponto. Não me parece e creio que seria muito mais interessante e mais motivante até, diria até para quem nos segue, que pudessem ouvir os projetos previstos e logo no início desta Assembleia a forma como pretendem implementar os projetos, como, que forma, com que meios e não ter de esperar pelo final da Assembleia, não só para saber as posições de cada um de nós, de cada um dos deputados, bem como dos respetivos partidos, até porque sabemos que ao final de não sei quantas horas de reunião, quebra a disponibilidade mental e física, não só de quem assiste em casa, como nós que estamos aqui envolvidos nesta assembleia, a sua disponibilidade para debater este assunto para contrapor, para discutir, e até no final de quantas horas de reunião, não será certamente a mesma. Foi para isso que propusemos as transmissões destas assembleias em streaming, no sentido e na tentativa de aproximar a nossa população dos assuntos do concelho e convidamos a participar, mas creio que com estes pequenos detalhes, que são grandes, podemos fazer aqui a diferença. Também sobre este ponto, chamo a atenção desta Assembleia, que temos Assembleias Municipais, a separar o que é Mapa de Pessoal das Grandes Opções do Plano e do Orçamento, e por exemplo, numa sessão em Ourém, são dois exemplos que discutem e votam em separado estes dois pontos, que no nosso ponto de vista também faz todo sentido, relembro que já no ano transato, numa declaração de voto do Partido Socialista, dissemos que votamos contra as Grandes Opções do Plano e que nos abstivemos ao Mapa de Pessoal para 2021, apesar de na Ordem de Trabalhos não constar nunca o Mapa de Pessoal e podem-no verificar nem em conjunto como fizeram agora na ordem de trabalhos, nem em separado isto ao longo dos últimos 4 anos, o que poderemos estar a cometer, espero que não, aqui algum erro em termos técnicos, era isto que eu queria para já dizer, não levem isto como uma crítica destrutiva ou então, a ser, é uma crítica construtiva, mas seria muito mais como uma sugestão de melhoria para que possamos corrigir o que está mal para que consigamos aproximar cada vez mais os nossos munícipes, os nossos concidadãos, destas assembleias e que os cada vez os motivemos a participar e a fazer parte da vida do nosso Sardoal.”

O Senhor Presidente da mesa referiu o seguinte: *“Deixe-me aqui responder a algumas das questões que foram colocadas à mesa, começar pela questão do mapa de pessoal e das Grandes Opções do Plano, na informação o que vem dito é que serão votadas em*

separado, está la escrito, vão ser votadas em separado, e quanto a isso penso que ficamos entendidos, depois, em relação à ordem da Assembleia Municipal, tão simples como isto e era tão fácil fazê-lo, o Senhor deputado podia ter feito um requerimento a propor a alteração da ordem, o senhor não vai fazer, eu concordo com a sua ideia, é tão simples com isto, eu vou propor aos senhores deputados se aceitam a passar o ponto número 11 para o ponto número 2, trocar, tão simples quanto isto e fica o problema resolvido, alguém se opõe.”

Interveio o Senhor Presidente da Câmara, para referir o seguinte “ Não é que seja de todo importante, mas isto tem uma lógica que assim seja, e a lógica é que, antes do orçamento, que seja votado muitos dos pontos que vão dar origem a si mesmo orçamento, daí termos a tabela de taxas antes, a derrama antes, o IRS antes, anos e a taxa dos direitos de passagem antes e o IMI antes, e depois tudo isto culmina no orçamento, porque no orçamento está incluído todas estas alíneas, é só esta a lógica, mais nada, mas não parece que seja esse o problema, ainda por cima quando o Senhor Presidente da Junta de Freguesia da como exemplo, municípios que têm 7 horas de reuniões de Assembleias Municipais, coisa que nós não temos, mas a lógica é esta, imagine que todos estes pontos seriam votados contra, será que faria sentido votarmos o orçamento ou teria que ser revisto pela Câmara Municipal, é só essa lógica, não quer dizer que não possa ser feito de outra forma, mas tem esta lógica de interpretação daquilo que é sequência dos pontos anteriores que culminam no orçamento.”-----

Referiu o Senhor Presidente da Assembleia “Eu, como quero deixar toda a gente satisfeita, e acho que, o que o Senhor Presidente da Junta de Freguesia disse, faz sentido, eu não quero de maneira nenhuma que o debate seja prejudicado pelo adiantar da hora, se bem que o exemplo que deu de várias vezes a nossa reunião ter passado da meia-noite não é verdade, eu faço reuniões, esta será, mais de 60 reuniões da Assembleia Municipal, e só me lembro de um caso, mas seja como for, eu, o que proponho então é que, o ponto número 2, seja a votação do IMI, o ponto número 3 seja a taxa municipal de direitos de passagem, o ponto número 4 seja o IRS, o ponto número 5 seja a derrama e o ponto número 6 seja as Grandes Opções do Plano e depois voltamos ao ponto número 2, isto para que cheguemos o mais depressa possível às Grandes Opções do Plano, porque todos temos imensa vontade de discutir, não há aqui com certeza ninguém que não tenha vontade de discutir esta situação.”-----

Tomou a palavra o Senhor deputado Miguel Alves referindo “Aquilo que eu queria dizer e aquilo que o Senhor Presidente esta a fazer é precisamente aquilo que eu fiz ao longo dos

últimos 4 anos, quando tomei posse como presidente da junta de Sardoal, aquilo que eu pedi, foi exatamente, aos presidentes anteriores e agora ao atual que já tivemos, para que coloque, seja as Grandes Opções do Plano ou o Orçamento, sempre no primeiro ponto, isto porquê, porque, está bem que, como eu tenho um elemento, que é um técnico oficial de contas, como tem o município, que tem aqui o nosso chefe divisão financeira, penso eu, não estou a ver mas estará aqui para aqui para responder em termos técnicos e para que o faça, pode iniciar logo, iniciávamos logo nesse ponto, o chefe de divisão financeira respondia em termos técnicos, o Senhor Presidente da Câmara, o seu executivo respondia em termos políticos e assim também poderíamos libertar um funcionário, que é um funcionário da câmara para outras, neste caso até para o seu repouso, para o seu descanso, foi isso que eu fiz, aquilo que Senhor Presidente da Assembleia Municipal está a fazer, ainda bem que o está a fazer e concordo inteiramente consigo e acho bom porque é totalmente, aquilo que eu quis dizer é que acho que é totalmente diferente 3 horas de reunião, e depois ir discutir um GOP e um Orçamento, iniciarmos já agora.” -----

Tomou a palavra o Senhor deputado Francisco António para referir o seguinte “*Vou chamar a atenção mais uma vez, tem de começar a ter atenção a esses tempos porque nós não estamos aqui a fazer fogo de vista, estamos a fazer o nosso papel e defender o nosso concelho de modo que não temos de estar a ouvir balelas daqui e dali de coisas que praticamente, umas já foram ditas, outras não fazem sentido, mas alguma coisa me deixa bastante satisfeito, o PS andou 4 anos, 4 anos, sem dizer uma palavra sobre Santiago de Montalegre e hoje logo na primeira reunião, fala-se aqui em Santiago de Montalegre, não estou a dizer que é positivo nem que é negativo, porque eu não tive ainda acesso aquilo que quero ter a certeza, houve uma duvidazinha e eu quero ter a certeza, mas um dia destes trarei novamente o assunto. Também relativamente aos pontos de Assembleia Municipal, também não admira nada, porque se for a ver quanto tempo demorou essa Assembleia, praí 30 ou 40 minutos, não demorou mais, já esta feita, a do Sardoal também esta a ser feita hoje, portanto não vejo qual é que é o problema, ser a mesa da Assembleia Municipal, a gerir a Assembleia Municipal, porque até agora, a oposição e bem, tem o direito de se pronunciar, mas atenção, tudo tem limites, eu respeito acima de tudo.” -----*

Referiu o Senhor Presidente da Mesa “*Só para resumir, qualquer senhor deputado tem ao seu dispor, a possibilidade de, apresentando um requerimento, pedir uma alteração à ordem de trabalhos, isto é tão simples quanto isso, e todos nós apreciaremos sempre, nada disto é fechado se algum senhor deputado numa próxima vez quiser apresentar*

uma alteração à ordem de trabalhos, a mesa estará sempre disposta para ouvir e para pôr a votação.”-----

Tomou a palavra a Senhora deputada Joana Ramos, referindo “*Eu não gostaria de me referir, também lamentei o início, da intervenção inicial do senhor deputado Adérito Garcia, mas pronto, são opções, eu não gostaria de me referir exatamente às palavras que ele disse porque teria também muito, para dizer sobre isso, eu fui delegada na mesa do Sardoal e esse papel entendo que nos traz uma responsabilidade acrescida que não devemos trair por causa de votos, eu acho que isso é uma coisa muito desprezível, há vida para além das eleições, todos temos o nosso papel aqui na comunidade e portanto eu particularmente prezo muito a dignidade de cada um dos presentes nessa missão que representam, e fica na consciência de cada um, se fez bem se não, concordo também com o que disse sobre respeito e confiança na oposição, estou completamente, acho que é uma obrigação de todos haver esse respeito, quanto à confiança, senhor deputado Adérito Garcia, será tanto maior quanto mais responsável e inovadora, for a prestação de política de cada um de nós e também da oposição, no caso do PS, que nem sempre aprova as Grandes Opções do Plano, mas sobretudo não propõe nada de significativo e de realmente dinâmico para relançar a economia do município, sempre com algumas, escondendo-se atrás de alguma vitimização, esquecendo-se que de facto, quando as propostas são muito boas são incontornáveis e não é possível a nenhum de nós ignorá-las.”*-----

Tomou a palavra o Senhor deputado César Marques, referindo “*A minha intervenção será de coisas práticas vou deixar aqui a parte política que mais ao lado e apresentar questões mais práticas que têm a ver com o dia-a-dia dos Sardoalenses e aquilo que envolve o Sardoal.*

Senhor Presidente, a minha questão principal, é relativamente à Covid 19, e com o aumento de casos diários, que temos vindo a ter, no país e também na região, tenho tido relato de situações, com o aumento também do número de testes que têm sido feitos, testes rápidos em casa, as pessoas têm tido alguma dificuldade em que o seu registo no SNS, seja feito, ou seja, há um contacto informal no Centro de Saúde, não há resposta, e as pessoas acabam muitas vezes por recorrer aos serviços de urgência, e a recorrer a serviços que não são os mais adequados para estas situações, até porque a maior parte das pessoas estão assintomáticas e vão aqui um bocadinho entupir também, tudo o que é serviço de saúde prioritários tendo em conta como é sobejamente conhecido que o serviço de Saúde 24 está completamente entupido, com muita dificuldade, com muito

tempo de espera, de que forma é que o município, em articulação com o ACES Médio Tejo, com o nosso Centro de Saúde, não pode haver nesta altura mais crítica um prolongamento do atendimento, um acesso de outra forma, para que os cidadãos não fiquem inibidos dos acessos à saúde e também não vão aqui numa fase mais a jusante afetar aquilo que é a dinâmica normal já do serviço nacional de saúde. Esta é uma questão que me deixa realmente preocupado porque sei que nestes últimos dias no nosso concelho tem havido pessoas com dificuldade que sabem que estão positivas e que não têm como fazer esse relato nem como fazer essa monitorização, que temos direito enquanto cidadãos como todos os outros. Esta é uma questão prática que me parece ser prioritária.

Outra questão, tem a ver com o debate que vi, na altura da Feira de São Simão na aplicação Muni, há alguns cidadãos a relatarem o facto de o local da Feira de São Simão no centro da vila, ter alguns constrangimentos, sejam eles em termos de condições de higiene, bem como a de acesso a meios, de pessoas não conseguiram chegar as suas casas ou vai ter às sugestões de outros sítios, não sei se isso está na lista de situações a reavaliar, e se é o melhor sítio, vi muitas pessoas a queixarem-se do facto de não conseguirem chegar às suas habitações, de se tiverem de passar veículos prioritários como é que o vão fazer, vi que isso é também uma coisa que está a deixar as pessoas com alguma preocupação e a criar alguma conversa, queria que nos esclarecesse sobre estas duas opções." -----

Tomou a palavra o Senhor Presidente da Câmara referindo "Eu começaria precisamente por dar resposta ao Senhor deputado César Marques, é verdade, andamos a tentar uma alternativa para este local de feira, mas considerando a situação Covid, considerando todas as fragilidades que eventualmente podiam existir ainda, nós optamos por manter a feira neste local, que já é feira há muitos anos, onde os locais de circulação são respeitados onde os acessos prioritários são respeitados, onde a proteção civil, neste caso, o comando municipal de proteção civil sabe e tem conhecimento dos planos e dos acessos às habitações, por isso, há aqui uma falsa questão. Ninguém gosta, eventualmente, de ver a feira à sua porta, às vezes com alguns sucessos até de localização daquilo que é os locais de venda que as pessoas fazem e que por vezes até podem realmente causar esse problema de acesso a alguns habitantes. São coisas residuais nós reunirmos queremos realmente procurar uma situação alternativa mas até ao momento, as situações alternativas que foram postas em cima da mesa era só deslocalizar o problema não era resolver o problema, era o problema deixar de estar onde está, para passar a estar noutra

local, depois tem vários problemas aqui, outros locais fica mais longe do centro da vila, pessoas de mais idade também têm mais dificuldade em lá ir, ou seja, não há, não conseguimos encontrar aqui um sítio perfeito, mas posso-lhe dizer que tem sido objeto de reflexão da nossa parte.

Em relação ao Covid-19 é verdade, ainda esta tarde, pouco antes desta reunião, tive a Comissão Distrital de Proteção Civil, que ainda sou eu que a estou a fazer, apesar de ser a minha colega Anabela, de Tomar, que vai assumir este cargo de futuro, e eu ficarei a apoiá-la, e na substituição, ainda não houve essa nomeação por parte da Associação Nacional de Municípios, eu quero dizer que tem sido nossa reflexão, o número elevado de casos Covid, neste momento, ao dia de hoje, claro que traz um problema, as mortes é sempre um problema, as pessoas internadas é sempre um problema, mas aquilo que é o reflexo do número tão elevado de casos Covid, ao dia de hoje, não tem tido o mesmo reflexo como houve o ano passado, em número de mortes e em número internamentos, tem sim, causado um grande problema, nas urgências do hospital, em que as pessoas não têm tido resposta nos diferentes Centros de Saúde, não é só no Sardoal, a saúde pública, os Centros de Saúde, não têm capacidade de resposta, posso-lhe dizer que no Sardoal, neste momento, temos dois médicos, um deles está em isolamento e outro está de férias, os profissionais de saúde em várias situações, em vários pontos da nossa região, muitos deles estão de atestado médico, outros estão em isolamento, ainda há pouco tempo, como disse, tive essa reflexão com a Senhora diretora do ACES do Médio Tejo e, ela está com um grande problema em mãos, as pessoas deslocam-se aos serviços de urgência dos hospitais, com um problema e disse e muito bem, há pessoas que vão sem Covid e muitas vezes saem de lá com Covid, porque podem estar em contacto com outros, o que tem sido aconselhado, há bocado ouvi o Senhor Secretário de Estado também dizer é que na verdade as pessoas se deslocam só aos serviços de urgência se tiverem realmente sintomas graves, sintomas mesmo muito graves, que de todo não possam permanecer em casa, sabemos também como é que está a saúde 24, realmente que está com uma grande afluência, não é novidade, no ano passado por esta altura eu tive cerca de 2 horas também à espera e depois desisti, são picos que existem e que é importante darmos essa resposta. Aquilo que em termos de Município nós podemos fazer, olha por exemplo, há problemas da vacinação na próxima terça-feira era para haver vacinação aqui no Sardoal, mas já não vai haver precisamente porque não há profissionais de saúde disponíveis e então vamos aproveitar aquilo que são os recursos existentes em Abrantes e vão rentabilizando esses recursos, vamos deslocar as pessoas do Sardoal, para Abrantes, aquilo

que eu disse à Senhora Diretora do ACES, foi, que ninguém fique sem poder ir à vacinação por falta de transporte, porque nós podemos ajudar nessa questão do transporte. Estamos com um problema complicado, eu hoje tive várias situações em que tive que fazer várias contactos porque pessoas que tiveram familiares com quem coabitam, positivos e estão com uma enorme dificuldade de conseguir fazer o teste pcr, uma enorme dificuldade, os laboratórios estão super cheios, muitos deles dizem que só a partir de janeiro, para a semana, é que começam a ter novamente capacidade de testagem, o Centro Hospitalar do Médio Tejo também está a fazer testagem, ainda com alguma capacidade, mas não está a ser nada fácil este momento que estamos todos a atravessar no País.

Em relação ao Senhor Adérito Garcia, o Senhor não entendeu bem o que se passou, mas eu posso dizer-lhe, e depois, o Senhor falando com os seus colegas, com certeza irão confirmar aquilo que eu vou dizer sobre o direito de oposição. Na verdade pela primeira vez em 12 anos, este ano foi pedido o relatório do direito a oposição, está na lei, se bem que a maior parte dos municípios não o fazem, nós também durante muitos anos não fizemos, mas aquilo que ficou combinado os Senhores Vereadores foi, como já estávamos no final do mandato aquilo que ficou combinado, foi que neste mandato iríamos então começar logo de início a fazer o relatório do direito de oposição, não houve compromisso da minha parte em fazê-lo sobre o mandato anterior, combinamos todos em que esse trabalho seria para este mandato, por isso assim será, até porque nunca houve essa necessidade estranhamente, foi pedido, é um direito que as pessoas têm, mas nunca foi impedido absolutamente nada, nunca houve nenhum conflito, a não ser pequenos pormenores de alguns desentendimento, muitas vezes até por falta de comunicação ou por comunicação deficiente, que tivesse havido algum problema nesse sentido, como digo, em 12 anos nunca foi feito esse relatório, ficou acordado com os senhores vereadores que na altura esse problema, essa questão foi levantada, posteriormente um dos Senhores Vereadores voltou a falar nisso e foi novamente confirmado que aquilo que nós combinamos foi que, a partir de agora seria feito o relatório do direito de oposição.

Em relação ao Plano Municipal de Saúde, sim vamos ter que o fazer, vamos fazer no âmbito da delegação de competências, criando a Comissão Municipal de Saúde, estamos à espera que algumas entidades indiquem quais são os seus representantes, para reunirmos na Comissão Municipal de Saúde e aí assim, começarmos a fazer então o plano Municipal de Saúde, de acordo com a delegação de competências.

Em relação à Barragem da Lapa, pois ainda esta semana tive de escrever à empresa Águas do Tejo, porque na verdade não nos entendemos e o assunto, como disse, está entregue a

um gabinete jurídico, teve agora aqui uma pausa prolongada, atendendo também a esta questão do Covid, mas já neste mandato voltamos novamente a reativar esta nossa vontade de haver um entendimento em relação aquilo que é a Barragem da Lapa, atenção que o entendimento, é só em termos de quem é as responsabilidades agora da Barragem da Lapa, lembro que há um valor de cerca de 700 000€, que em nosso entender, é devido ao Município, houve uma tentativa, houve uma proposta da empresa com a qual nós não concordamos, porque iriam substituir esses 700 000€, vejam, aquilo que nós entendemos que é 700 000€ a proposta da empresa Águas do Tejo, não chega a 100€ por isso é uma diferença que não faz sentido absolutamente algum, ou seja, é uma diferença enorme, como tal, quando os homens não se entendem, quando as instituições não entendem, com todo o respeito pelas partes, vamos pedir a alguém, é isso que está a ser feito, que resolva este diferendo, sendo certo que é a vigilância, o acompanhamento, a transmissão para o LNEC de tudo aquilo que são as tarefas que obrigatoriamente temos que fazer por causa de termos uma barragem, e não é por ser esta Barragem, qualquer Barragem dependendo da sua tipologia, obrigatoriamente tem um conjunto de procedimentos que têm de ser feitos, estão a ser feitos sem problema nenhum, tem o acompanhamento técnico e assim vai continuar.

Os pontos da situação do PDM, neste momento em relação ao estudo de caracterização, estão finalizados com a possibilidade de virem a ser ajustados, dependendo depois das diferentes entidades, entre aquilo que as entidades sugeriram, já fizemos aqui, os cinco membros do executivo, já nos debruçamos sobre aquilo que é a nossa intenção para o PDM e nós concertamos as nossas posições, estamos de acordo, mas há outras entidades que vão decidir em relação a isso. Em relação à planta de ordenamento e também condicionantes, as peças elaboradas as quais estão a ser incorporadas os elementos da carta arqueológica, recebemos recentemente a carta arqueológica, falta incorporar as versões finais da RAN e da REN, que quando concluídas, em relação à RAN, RAN bruta está em apreciação pela Direção Regional de Agricultura e Pescas de Lisboa e Vale do Tejo, aguardamos a emissão do parecer, já está há uns bons meses, senão mais de 1 ano a aguardarmos que esta emissão venha. Em relação à carta da REN, REN bruta, está para apreciação pela CCDR LVT, foi à apreciação, já tem parecer emitido e está a ser reformulado, ou seja, está a ser adequado, aquilo que foi a nossa proposta pela equipa projetista, o regulamento está em apreciação pela Câmara Municipal, tendo em vista a apresentação de propostas de alterações finais ao regulamento. É este o ponto de situação do PDM, eu comprometo-me a partir de agora e era essa a intenção, sempre que haja

Assembleia Municipal na Informação do Presidente, irei incluir uma cláusula específica em relação ao PDM, aliás a ideia é uma em relação ao PDM e outra também, o ponto de situação sempre que seja justificado, em relação à empresa Tejo Ambiente, por isso aquilo que iríamos colocar na informação do Presidente é precisamente esta informação que estou aqui a dar, mas vamos fazê-lo a partir da próxima assembleia que virá então dentro da Informação do Presidente.

Em relação aos acordos de execução das juntas, eles estão a vários níveis, até porque aqui uma situação muito importante, para que nós possamos pagar os valores corretamente e de acordo com aquilo que está protocolado, é necessário que as Juntas de Freguesia nos entreguem o relatório de execução e só muito recentemente é que as Juntas de Freguesia nos entregaram os relatórios de execução, só nos últimos meses é que recebemos esses relatórios de execução, em relação a 2 anos, em relação a 2019 e ano 2020, por isso à medida que foram sendo entregues esses relatórios de execução, nós temos vindo a pagar, esta semana fazemos intenção de pagar mais alguma situação, até porque um dos últimos relatórios de execução só foi entregue agora no mês de dezembro e estou a falar, a referir-me ao ano de 2019 e ao ano 2020, pronto, em relação a 2019, nós apesar das comunicações e sempre houve comunicações com os senhores presidentes de junta no sentido fazerem os relatórios, tardaram, por isso nós não podemos pagar sem que realmente houvesse a entrega dos relatórios que agora temos, como digo, o último relatório foi entregue no princípio do mês de dezembro." -----

Intervenção do Público

Não houve intervenções. -----

Ordem de Trabalhos

1. Informação do Presidente da Câmara, em cumprimento da alínea c) do nro. 2 do artigo 25º, da Lei nro. 75/ 2013, de 12 de setembro;

Tomou a palavra o Senhor Presidente da Câmara, referindo o seguinte "*Esta nossa informação espelha o que foi o trabalho feito por esta Câmara Municipal entre assembleias, em várias situações e vários locais, ou seja, tentamos participar sempre em tudo que nos dizia respeito e que era nossa obrigação não só institucional, mas também aquilo que achamos que será necessário, portanto para o município.*

Saliento a diminuição da dívida, nós temos aqui uma diminuição da dívida de 724000€ face à informação de igual período do ano anterior por isso é sempre uma grande preocupação a questão da dívida, a dívida tem vindo sempre a baixar, até posso mostrar aos senhores deputados aquilo que tem sido a evolução da dívida desde 2009 até esta

parte, tem havido sempre uma grande redução, mas tem sido também aquilo que nós consideramos obra tem sido realmente a redução da dívida, temos uma margem disponível, margem de endividamento, capacidade de endividamento, no valor de 4,897 milhões de euros, sem a aplicação das regras que estão excecionadas por causa do covid, mas mesmo assim, de acordo com o disposto na lei 35/2020 de 13 de agosto, temos uma margem de endividamento para 2022, no valor de 1,622 milhões de euros, principalmente a atividade tem sido bastante, temos feito tudo aquilo que está o nosso alcance, na nossa capacidade e realmente a questão da diminuição da dívida de 724000€, nós vamos encerrar o ano com uma redução da dívida no valor superior a 1 milhão de euros. Estou disponível para alguma questão que os senhores queiram apresentar.” -----

Tomou a palavra a Senhora deputada Joana Ramos, para referir o seguinte “*Tenho aqui o documento à minha frente e efetivamente verifico o que diz e verifico mais ainda, que na última página, de facto num país em que as dívidas e os pagamentos são tantos, regista-se que o município de Sardoal, à data de 30 e estou a citar o documento, 30 do 11 de 2021, não registou pagamentos em atraso, isso também é uma coisa importante mas tinha aqui uma pergunta para fazer, espero não ter perdido a página, sobre a questão, não consigo compreender muito bem, estes documentos têm uma linguagem muito fechada e se calhar para mim de certeza e também para os que nos veem, na página 7 aqui no último parágrafo, em relação às obrigações assumidas em 2021, talvez eu não esteja a perceber muito bem, mas, em relação às obrigações assumidas em 2021, regista-se uma execução de 42%, sendo inferior a 28% da receita, comparado com o mesmo período, sendo inferior a 28%, fico aqui na dúvida, é uma pergunta,” -----*

Tomou a palavra o Senhor deputado Adérito Garcia, referindo o seguinte “*Também uma questão simples, tem a ver com os prazos de pagamento, no relatório é mencionado e acreditamos que nesta data não haveria, a 30 do 11, registos de pagamentos em atraso, mas é preciso termos a informação, eu gostava de ter a informação de qual é o prazo médio de pagamento que a Câmara está a praticar, porque o que diz a lei, são considerados pagamentos em atraso, 90 dias após o prazo da data de vencimento da fatura, se não me falha a memória, mas, se contarmos que uma fatura pode ter um prazo de vencimento de 30 dias, é emitida ao dia 1 de dezembro, vence, terá de ser paga, em teoria, a 1 de janeiro, já estamos aqui com mais de 30 dias ou seja 90, além dos 90 temos de contar mais 30, ficaríamos em 120 dias, o que efetivamente pode ser um prazo bastante alargado. Haverá outras faturas que são a 8 dias, a 15 dias, outras que serão com vencimento imediato, e é portanto nesse sentido é que vem essa pergunta que quero*

colocar ao Senhor Presidente, e em relação à redução da dívida, ainda bem que assim acontece, mas acredito e o Senhor Presidente confirmará, que em muito tem a ver com a execução que está registada a esta data nomeadamente da despesa que tem um grau de execução bastante reduzido e portanto quer dizer que houve despesas ou houve investimentos que estavam previstos ser feitos e não foram feitos, alguns sabemos bem que se referem a obras que por ou falta do visto do Tribunal de Contas, ou por atraso nos trabalhos que não foi permitido concluir no prazo inicialmente previsto, algumas também seguramente por efeito da pandemia e se calhar na parte na área da cultura houve muita coisa que ficou por fazer porque os tempos não são grandes festas, de grandes ajuntamentos, se os valores de facto foram usados para reduzir a dívida tanto melhor." -----

Tomou a palavra o Senhor Presidente da Câmara, referindo *"Em relação à pergunta da Senhora deputada Joana Ramos, tem a ver que nós recebemos mais 28% do que aquilo que era a faturação que tínhamos, é isto que quer dizer, das obrigações. Em relação ao senhor deputado Adérito Garcia, julgamos que fechamos o ano com o prazo médio de pagamento à volta dos 90, 100 dias, volto a dizer, não é o ideal, gostaríamos mesmo que fosse mais baixo, mas já tivemos numa situação bem pior, este é o pior cenário, porque quase certeza que vamos baixar bastante e poderá andar ali à volta dos 80 dias, vamos esperar por estes dois, três, dias que são fundamentais, para esta questão, a redução da dívida, sejam quais forem os motivos, a redução da dívida é sempre bom, ainda por cima quando aquilo que é essencial para a nossa população, nós continuamos a fazer, não o deixamos de fazer seja em pandemia, seja fora pandemia, é claro que houve coisas que nós deixamos de fazer porque estávamos numa situação de pandemia, mas houve outras que nós fizemos e que tivemos outros gastos porque estávamos em pandemia."*

2. Substituição de membro nomeado para a CPCJ de Sardoal na Assembleia Municipal;

O Senhor Presidente da Assembleia referiu o seguinte *"Eu tive há 3 semanas uma reunião a pedido da CPCJ com o Senhor Presidente em falamos um pouco sobre a questão da CPCJ também, falou-se um pouco acerca da questão da ação social, do articular destas duas situações e nessa reunião foi informado que teríamos que teríamos de substituir a curtíssimo prazo uma das pessoas nomeados pela Assembleia Municipal, a Dra. Susana Lopes e depois a médio prazo na próxima reunião há necessidade de substituir mais outras duas que estão em final do mandato, portanto eu tentei agilizar os esforços possíveis para encontrar alguém, aceitei logo na altura uma sugestão dada na própria reunião, e contactei a Dra. Catarina Aparício, que está neste momento a fazer um estágio na Câmara Municipal, tem 24 anos, é licenciado em educação social pela Escola Superior*

de Educação de Santarém e teve durante a sua licenciatura oportunidade de estagiar numa residência sénior, onde criou e implementou um projeto socioeducativo, ingressou após o curso num estágio profissional na Câmara Municipal, durante 12 meses, onde se encontra atualmente a colaborar no departamento de educação, saúde e ação social, portanto, é uma pessoa que já está integrada neste sector da câmara e eventualmente poderá ter alguma facilidade mais em pegar em determinados processos e pareceu uma solução boa para o momento. Alerto aqui da necessidade de substituir em fevereiro mais duas pessoas o Senhor Professor Luís Farinha e a Dra. Inês Aparício também porque estão em final de mandato, sei que por parte da CPCJ havia algum interesse em encontrar pessoas no âmbito da psicologia e do direito, porque são lacunas que identificam dentro da CPCJ, estou aqui a anunciar já isto, porque caberá a todos tentar encontrar essas pessoas, não é fácil, voltamos a bater no mesmo ponto no Sardoal, que é encontrar gente com capacidade e com vontade de participar em situações destas, de muita importância para o concelho, porque isto implica o nome pessoal, a votação tem que ser secreta e eu tentei com a minha fraca aptidão informática, criar aqui um questionário que vos irei apresentar e que só os deputados podem votar, portanto irei iniciar um questionário, o nome em questão é o nome referido, e depois tem sim e não, e as pessoas votarão sim ou não, para que a votação seja secreta, ninguém vai saber quem votou não e quem votou sim, isto em linguagem técnica chama-se "enquete", é um questionário, não sei se vai resultar, tenho esperança que sim, peço que só votem os senhores deputados." -----

O Senhor Presidente da Assembleia informou que Senhor deputado Francisco António tinha solicitado para se retirar da reunião, por motivos de saúde. -----

Considerando a alínea a) do artigo 17º da Lei n.º 147/99, de 01 de setembro, com as alterações introduzidas pela lei nro. 142/2015, de 8 de setembro, a Assembleia Municipal de Sardoal deliberou, por unanimidade nomear o seguinte cidadão eleitor para integrar a Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Sardoal, Catarina Aparício, com dezassete votos sim. -----

3. Adjudicação de empréstimo a curto prazo;

Tomou a palavra o Senhor Presidente da Câmara, referindo o seguinte "*Este empréstimo é o empréstimo que nós fazemos todos os anos para podermos em algumas situações, por exemplo, em que necessário pagar para depois sermos ressarcidos de alguns investimentos que fazemos para termos esta forma, sem que com isso comprometer o normal funcionamento do município, quero dizer que no ano 2020 e 2021 fizemos o empréstimo em tudo idêntico, tudo igual até, pelo menos nos valores, mas que não*

utilizámos a totalidade do valor, era 500 mil, só utilizamos 400 mil, o que é certo é que também só se paga os juros sobre o valor utilizado, o que temos aqui é a ata do júri, o relatório do júri, com a proposta da adjudicação a uma entidade bancária por ser aquela que apresenta as melhores condições na ótica do município." -----

Considerando o disposto na alínea f) do nº 1 do artigo 25º da Lei 75/2013 de 12 de setembro, a Assembleia Municipal de Sardoal, deliberou por unanimidade autorizar a adjudicação de empréstimo até ao montante de 500 mil euros, nas condições constantes da proposta apresentada pelo Banco Comercial Português (Millennium, BCP), com dezassete votos a favor. -----

4. Revisão Orçamental;

Tomou a palavra o Senhor Presidente da Câmara referindo o seguinte *"No fundo é a mesma utilização técnica que o Senhor deputado Adérito Garcia referiu em relação aquilo que foi feito na Comunidade Intermunicipal de acordo com a norma de contabilidade pública, é possível que se faça esta alteração precisamente para serem retirados alguns valores que estavam orçamentados e os quais não foram utilizados por diversas razões, entre elas por exemplo, temos aqui referido o caso do colégio, o caso do parque de Andreus e outras obras, o caso da escola que também não foi utilizada a totalidade por isso é principalmente isto que nós estamos aqui a propor, de acordo com as regras, com as normas de contabilidade pública." -----*

Considerando a alínea a) do nro. 1 do artigo 25º da Lei nro. 75/2013, a Assembleia Municipal de Sardoal, deliberou por unanimidade, aprovar Revisão ao Orçamento N.º 5, e a Revisão às Grandes Opções do Plano (GOP) N.º 4, com dezassete votos a favor. -----

5. Informação sobre a situação económica e financeira semestral – 2021;

Tomou a palavra o Senhor Presidente da Câmara para dizer o seguinte *"O que temos é realmente a informação do revisor oficial de contas para os primeiros 6 meses do ano e que, na nossa opinião, tem um panorama esmagadoramente positivo em relação aquilo que é a evolução das nossas contas. É claro que estamos a referir só aos primeiros 6 meses, é claro que em termos de execução retrata só metade do ano, é claro que também tem a equiparação às situações homólogas, mas depois é fácil de ver aqui determinadas situações em que diz que há clara melhoria, há melhorias ligeiras, ou seja, há melhorias em relação aquilo que tem sido a evolução do município, comparado com o período homólogo do ano anterior." -----*

Tomou a palavra o Senhor deputado Adérito Garcia, para referir o seguinte: *"No que diz respeito a uma boa parte do documento que tem a ver com a execução orçamental a*

junho, acabamos de aprovar uma alteração orçamental para ajustar a execução mas de facto aqui há uma melhoria de muitos indicadores, muito por força, como já tinha dito no início da reunião, muito por força da não realização de alguma despesa, não só, mas também, mas ainda assim convém reter que a 6 meses o resultado operacional entre, ou se quisermos mesmo, não temos que encarar a Câmara Municipal como sendo uma empresa, tem que dar lucro, mas convém termos esse indicador do resultado líquido do exercício, convém tê-lo debaixo de olho e deixar que não atinja valores negativos muito elevados e ainda assim no primeiro semestre eram de quase 100000€, por outro lado isto também já foi dito na Câmara Municipal, na reunião do executivo, ficamos agradados por vermos um documento do revisor oficial de contas que tem de facto matéria, ainda há bem poucos anos os relatórios sobre as avaliações, sobre as contas, era um relatório de duas páginas e às vezes nem eram completas, portanto, este momento tem de facto algum conteúdo e isso agrada-nos, porque é sinal que está a ser feita uma análise, pelo menos é dada a conhecer de forma melhor, não quer dizer que a análise feita no passado seja pior ou seja melhor do que esta, mas pelo menos esta é espremida de uma forma mais objetiva e tem mais informação.” -----

Considerando a alínea d) do nro.2 do artigo 77º, da Lei nro. 73/ 2013, de 3 de setembro e o disposto na alínea i) do nro. 2 do artigo 25º da Lei nro. 75/ 2013, de 12 de setembro, a Assembleia Municipal de Sardoal, tomou conhecimento da informação sobre a situação económica e financeira semestral da Autarquia, remetida pelo auditor externo. -----

6. IMI – taxas a aplicar para o ano de 2021, a liquidar em 2022;

Tomou a palavra o Senhor Presidente da Câmara referindo o seguinte “*A nossa proposta é precisamente mantermos as taxas do ano anterior ou seja 0,8 para prédios rústicos, 0,325 para os prédios urbanos, depois também a questão de uma minoração para prédios arrendados de 20% sobre a sobre a taxa, também uma majoração para prédios urbanos degradados de 20%, e também, deliberar uma taxa fixa de 1,6 para prédios rústicos, depois também a redução para as famílias com um dependente a cargo, uma redução de 20€, para dois dependentes a cargo, uma redução de 40€, e para três dependentes a cargo, uma redução de 70€, em tudo igual à proposta do ano passado, aquilo que esteve em vigor para o ano de 2021.” -----*

Considerando o artigo 112º do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis, bem como a alínea d) do nro. 1 do artigo 25º e a alínea cc) do artigo 33º da Lei nro. 75/ 2013, de 12 de setembro, a Assembleia Municipal de Sardoal, deliberou por unanimidade aprovar as

seguintes taxas e respetivas majorações/ reduções para o ano de 2021, a liquidar em 2022, nomeadamente:

- Prédios rústicos: 0,8%
- Prédios urbanos: 0,325%
- Reduzir em 20% da taxa a aplicar aos prédios urbanos arrendados;
- Majorar em 20% a taxa a aplicar a prédios urbanos prédios urbanos degradados, considerando-se como tais os que, face ao seu estado de conservação, não cumpram satisfatoriamente a sua função ou façam perigar a segurança de pessoas e bens;
- Majorar até ao dobro a taxa aplicável aos prédios rústicos com áreas florestais que se encontrem em situação de abandono, não podendo da aplicação desta majoração resultar uma coleta de imposto inferior a (euro) 20 por cada prédio abrangido;
- A redução da taxa do imposto municipal sobre imóveis, que vigora no ano de 2021, aplicável ao prédio ou parte de prédio urbano destinado a habitação própria e permanente do sujeito passivo ou do seu agregado familiar foi a prevista na tabela anterior, ou seja, 20€, 40€ e 70€ de acordo com o número de dependentes a cargo, 1, 2 e 3 ou mais respetivamente, com dezoito votos a favor. -----

7. Taxa Municipal dos Direitos de Passagem para 2022;

Tomou a palavra o Senhor Presidente da Câmara referindo o seguinte, "*A taxa máxima, 0,25, de Taxa Municipal de Direitos de Passagem, é tudo igual aquilo tem sido aplicado nos últimos tempos.*" -----

Considerando a alínea ccc) do nro 1 do art. 33 da Lei nro 75/ 2013 de 12 de setembro e da alínea d) do nro 1 do artigo 25º da mesma Lei, a Assembleia Municipal de Sardoal deliberou por unanimidade, aprovar a aplicação da taxa municipal de direitos de passagem de 0,25%, para vigorar no ano de 2022, com dezoito (18) votos a favor. -----

8. IRS – Participação Variável – 2022;

Tomou a palavra o Senhor Presidente da Câmara referindo o seguinte "*Aquilo que nós pretendemos aqui fazer é igual ao ano anterior, mantermos a mesma política de taxas e aqui realmente manter a taxa variável de 5% para rendimentos do ano 2021.*"-----

Considerando o artigo 26º da Lei nro. 73/ 2013, de 3 de setembro, conjugado com o artigo 25º da Lei nro. 75/2013, de 12 de setembro, a Assembleia Municipal de Sardoal deliberou por unanimidade, fixar a taxa de participação variável no IRS de 5%, para os rendimentos do ano de 2022, com dezoito (18) votos a favor. -----

9. Derrama – a liquidar em 2022, referente a 2021;

Tomou a palavra o Senhor Presidente da Câmara referindo *“É isto que nós propomos, realmente manter aquilo que foi aplicado no último ano, no penúltimo não porque julgo que temos que aplicar este 0,01 senão a plataforma informática não aceita.”* -----

Considerando a alínea d) do nro. 1 do artigo 25º da Lei nro. 75/ 2013, de 12 de setembro, bem como o disposto no nro.4 do artigo 18º da Lei nro. 73/2013, de 03 de setembro, a Assembleia Municipal de Sardoal, deliberou por unanimidade aplicar a taxa de derrama a liquidar no ano 2022 referente ao ano económico 2021, aplicar a taxa de 1,5% para as empresas com volume de negócios superior a 150.000 euros e aplicar uma taxa de 0,01% para empresas que têm um volume de negócios inferior ou igual a 150 000 euros, por querer incentivar e apoiar a instalação de Pequenas e Médias empresas no Concelho, com dezoito (18) votos a favor. -----

10. Tabela de taxas e Preços – Atualização para 2022;

Informou o Senhor Presidente da Assembleia o seguinte *“O ponto número 10 foi retirado pela explicação que vos dei à pouco, que tem a ver com a tabela taxas e preços ter sido só aumentada no que diz respeito à inflação, não havendo necessidade de a trazer à Assembleia Municipal.”* -----

11. Grandes Opções do Plano bem como o Orçamento e Mapa de Pessoal para o ano de 2022;

Tomou a palavra o Senhor Presidente da Câmara referindo o seguinte *“Nós temos um orçamento deste ano que é um milhão de euros abaixo do orçamento do ano anterior, um orçamento de 11 053 502€, é um Plano de Atividades e Orçamento que está distribuído por vários anos, mas aquilo que eu vou falar é referente a estes, onze milhões de euros que é aquilo que nós queremos ver executado no ano de 2022.*

É um orçamento feito com todo o rigor, de outra forma não poderia deixar de ser, mas é também importante que tenhamos logo à partida a ideia que estamos a falar de documentos previsionais, documentos que não são fechados, documentos que são uma previsão daquilo que nós entendemos que vá ser o ano de 2022, aquilo que nós queremos mas entretanto, é claro que também sabemos que há um conjunto de situações que vão surgindo ao longo do ano, por exemplo, avisos de candidaturas, nós temos aqui duas, já espelhado neste orçamento, duas situações que dizem respeito ao PRR, é o caso das AIGPs, por exemplo, das Áreas de Intervenção e Gestão da Paisagem, mas também a questão da nova creche que nós queremos fazer, p mas entretanto ontem, ou por estes dias, já saiu um outro aviso que nós não conseguimos espelhar aqui neste plano, mas

teremos que o fazer com uma alteração orçamental eventualmente até com uma revisão orçamental, porque não conseguimos saber qual é a dinâmica que vão saindo os diferentes avisos de concurso, não só PDR, mas Portugal 2030, e também o Plano de Recuperação e Resiliência, é um plano que é que assenta também naquilo que é uma articulação grande com os nossos parceiros, com as outras entidades que interagem connosco, como é o caso da Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo, como é caso da Tagus, como a Associação de Municípios do Vale do Tejo, a Agência Regional de Energia Médio Tejo 2], a Valnor, Turismo do Centro de Portugal, entre outros.

Este plano de atividades e orçamento, começa precisamente, faz logo referencia aquilo que é um conjunto de obras aos quais já estão garantidos, já temos a garantia de que elas vão começar, no próximo ano ou que vão acabar no próximo ano. Temos a ver o caso de requalificação do Parque Escolar que vai ter que ser concluído e a conclusão da obra está para final de março, salvo erro, dia 10 de abril, depois também a implementação do Centro de Interpretação da Semana Santa e do Património, que a primeira parte já foi feita, que foi a requalificação da Capela Nossa Senhora do Carmo, e agora sim a produção de conteúdos, estamos com alguns problemas, aliás a empresa que nos está a prestar este serviço está com algum problemas, nomeadamente na questão dos materiais que vai utilizar, não há fornecimento de alguns materiais e daí ter estado a atrasar, mas contamos que na próxima semana santa e queremos que seja uma Semana Santa com tudo aquilo que os Sardoalenses, com tudo aquilo que a nossa região tem direito, seja uma semana santa normal e aí já poder ter também acesso aqui a um conjunto de, esta resposta, esta oferta, no âmbito do turismo, no âmbito da valorização, daquilo que é que o nosso património, material e imaterial e com isto, dar aqui uma dinâmica à nossa economia local. Também o Externato Rainha Santa Isabel que estamos a aguardar o visto do Tribunal de Contas para o contrato que foi assinado já com a empresa que vai fazer a empreitada, mas do concurso às vezes andam perguntas para aqui outras para ali, julgamos que agora o Tribunal de Contas tem as suas mãos todas as respostas que necessitava para aprovar o visto, também o parque e estação de serviço de autocaravanas, pavimentação e arruamentos de Cabeça das Mós, são tudo obras que já estão em andamento, já estão com o instrumento financeiro, já estão algumas delas, adjudicadas e outras estão como disse, em conclusão, assim como também a pavimentação e arruamentos em Entrevinhas, a pavimentação do Parque Empresarial, a implementação do Centro de Cycling de Portugal 2020. Mas depois, claro, em relação a, há aqui um conjunto muito alargado, eu vou tentar resumir e agradecer o facto deste que é o ponto mais difícil ou

que me vai ocupar mais tempo, estar mais à frente, não é que seja mais importante do que os outros, todos os pontos são mais importantes mas também para mim que vou apresentar este plano de atividades e orçamento e mapa de pessoal tem uma exigência maior, ainda por cima quando eu estou sentado desde cadeira praticamente desde a hora do almoço, mas pronto mas isso, porque hoje já tivemos a assembleia geral da empresa Tejo Ambiente, com a revisão do documento que irá também a próxima assembleia uma empresa muito importante que tem tido algum impacto na nossa região e também claro, a Comissão Distrital de Proteção Civil.

Em relação às infraestruturas, é claro que nós temos como prioridade, para já, a reparação de diversas infraestruturas afetadas pela tempestade Elsa, fizemos uma candidatura de cerca de 200000€, não tivemos à espera da aprovação desta candidatura porque havia urgências que tinham que ser realizadas e fizemos já um investimento na ordem dos 60000€ e pronto e aquilo que era uma expectativa maior da parte do financiamento da parte do Governo, assim não foi e tivemos 50000€ de financiamento, foi muito, muito reduzido, foi de 25%, porque também as obras eram muitas, as necessidades eram muitas e o dinheiro era pouco, então, distribuiu-se o mal por todas as aldeias ou o bem, neste caso, por todas as aldeias.

Construção de melhoramentos de Cabeça das Mós, cemitério de Cabeça das Mós e Andreus, nomeadamente a construção de sanitários, a requalificação também de sanitários públicos, a implementação do projeto wifi for you, para alargar e reforçar a rede wifi gratuita, em vários pontos da vila de Sardoal, e também a requalificação dos prédios da Tapada da Torre, que estavam incluídos na estratégia local de habitação, estamos a aguardar por parte do IRHU desta nossa estratégia local de habitação, para podermos já fazer esta candidatura porque temos o projeto pronto, temos tudo pronto, é só submeter, assim que o IRHU aprove esta estratégia local de habitação, estamos a falar PRR, Plano de Recuperação e Resiliência que temos estado a adequar as coisas. Depois, várias medidas claras, nos diferentes edifícios municipais também há muito trabalho que é feito em articulação com a empresa Tejo Ambiente, como podeis ver, por exemplo, na Cabeça das Mós e iremos continuar também em investimentos partilhadas. No âmbito da mobilidade e aquele aviso que eu disse no âmbito do PRR, que saiu ontem salvo erro, tem precisamente a ver com a ver com a mobilidade para pessoas, principalmente, com mobilidade reduzida e julgamos que também neste aspeto temos algum trabalho a fazer, inclusivamente até já temos alguns projetos prontos nesse sentido é só perceber se tem enquadramento ou não mas também depois a pavimentação de arruamentos de

Sardoal, pavimentação de arruamentos da Tojeira, pavimentação de arruamentos de Pisão, reparação de estrada de Brescovo, continuação do projeto em articulação com a Comunidade Intermunicipal com um projeto vencedor de um prémio Europeu muito recentemente que tem a ver com o transporte a pedido, substituição de abrigos de passageiros, medidas também de acalmia de trânsito, temos estado a fazê-lo e vamos continuar a fazer. No âmbito do ambiente também temos, é importante a melhoria da recolha de óleos alimentares usados, há muitos projetos no âmbito do ambiente muitos deles em que a sua origem está na Comunidade Intermunicipal, precisamente para se ganhar escala e com isto ganhar aqui um valor, e também, continuar em conjunto com a E-Redes a iluminação led, e ações de valorização e de sensibilização para a reciclagem.

No âmbito social, nós temos tido um grande trabalho, um bom trabalho, que é um trabalho silencioso, que não é visível, porque assim é o nosso entendimento, este trabalho de ação social é muitas vezes no segredo dos gabinetes, entre quem precisa e quem presta este serviço, quero-vos dizer que será o ano, se tudo correr bem, porque também já há voz, nomeadamente no congresso Associação Nacional Municípios, voz que estão a pensar em que não seja ainda o ano 2022, o ano da transferência de competências, vamos ver, eu, como sabem, eu sou defensor das transferências desde o primeiro minuto e acho que todos nós ganharmos, principalmente os municípios pequenos, ganham muito com esta transferência de competências, do Estado Central para os municípios e depois claro, dos municípios para as freguesias, no âmbito social temos algumas novidades também, o caso do espaço, a estrutura de apoio à vítima, atendimento personalizado, vítimas de violência doméstica, a continuação do programa abem, recordo que fomos pioneiros no programa abem, um programa de rede solidária do medicamento, fomos dos 5 municípios, das cinco Autarquias do país, que fomos pioneiros neste programa, cartão do idoso, claro que aquilo que é uma novidade por nós, já não é novidade, a questão da creche municipal que vamos continuar, como disse, queremos-nos candidatar, estamos tudo a fazer e preparar tudo o que é necessário para nos candidatarmos no âmbito do PRR para a construção do edifício que vai funcionar como Creche Municipal, também é claro que, no âmbito social, há uma estreita relação e uma relação fundamental com diferentes parceiros, nomeadamente com as IPSS's, mas também com o Instituto de Segurança Social, com vários parceiros com a CPCJ, que é fundamental esta relação estreita, para que as coisas corram bem e têm corrido.

Temos também várias atividades como disse que elas atividades no âmbito do programa alimentar em articulação com os parceiros, mas também outras, de âmbito de diagnóstico

social que é preciso fazermos e depois também dar a resposta aquilo que são as necessidades no âmbito da delegação de competências se ela se materializar este ano, temos ido a algumas reuniões nomeadamente no Instituto Distrital de Segurança Social e seria bom que assim fosse.

No âmbito da cultura, claro que este ano e meio, dois anos, não pode espelhar aquilo que tem sido o nosso trabalho no âmbito da cultura, fizemos algumas atividades, inclusivamente online, por exemplo o Encontro Internacional de Piano foi feito online o ano passado, e vamos querer continuar porque tem um impacto que vai para além dos nossos 92 quilómetros quadrados, é importante e é diferenciador este encontro Internacional de piano, que é algo que tem um custo muito, muito reduzido para o município, se virmos aquilo que é o retorno financeiro para a nossa economia local a nossa pequena economia local, aquilo que é um investimento que nós fizemos, o investimento tem ficado sempre abaixo dos 10000€, fazer como última edição foi feita aqui ao vivo antes Covid, em que passou pelo Sardoal, durante 10 dias, passaram cerca de 100 pessoas vindas de vários pontos do país e que isto tem um custo para o município abaixo dos 10000€, é de continuar, também é um ano de parceria com outros municípios, com candidaturas que nós fizemos, o caso do Programa Viver ao Vivo, com os parceiros, com a Câmara Municipal de Castanheira de Pera e de Celorico da Beira, tem havido atividades interessantes desenvolvidas nos 3 municípios, mas também um outro projeto que para mim é também muito querido, que tem a ver com, Caminhos Literários, é um desejo antigo aqui na nossa região que se crie aqui um percurso literário com estes recursos que nós temos, e os recursos nós temos é tão simples como Camões, Constância, António Boto, Abrantes e Gil Vicente em Sardoal, temos um conjunto de parceiros de nome reconhecido como por exemplo o escritor, um dos maiores escritores atuais da Língua Portuguesa que é o José Luís Peixoto que já esteve no Sardoal e está a fazer produção de textos e nos vai apoiar precisamente para que haja aqui um marco também no âmbito destes chamados Caminhos Literários. Todos estes projetos, Viver ao Vivo como este projeto dos Caminhos Literários, a contribuição do município é residual, porque à partida de todas as despesas que serão elegíveis o financiamento será a 100%.

Fruto daquilo que é a nossa atividade cultural muitas vezes batem-nos à porta para que possamos colaborar noutra tipo de situações, e por exemplo que foi que aconteceu com o Connecting Dots, dentes-de-leão, uma parceria com a Associação Materiais Diversos com grandes parceiros como é o caso da Associação Materiais Diversos, Culturgest e uma Academia dos Sentidos da Islândia, além também da Câmara de Évora e de uma

Associação no âmbito da escultura em pedra que deu o nome interessante, Pó que Há-de Vir a Ser, foi uma proposta que nos fizemos, que nós também aceitamos e que poderá dar aqui também uma dinâmica no âmbito das artes performativas aqui com a formação de públicos e a formação também dos próprios artistas, também foi uma oportunidade que surgiu metermos no Sardoal aquilo que que é um grande marco da música portuguesa, que é o prémio Jovens Músicos da RDP, este prémio Jovens Músicos tem 30 anos, desenvolveu-se primeiro todo ele em Lisboa nos estúdios da RDP, na Gulbenkian, mas há uns anos a esta parte, tem vindo para ter a sua realização noutros locais, e nós vamos ter as finais nacionais dos prémios Jovens Músicos no final de julho, uma parceria com a RDP, a Fundação Calouste Gulbenkian e a casa da música, vejam, RDP, Fundação Calouste Gulbenkian, Casa da Música e Município de Sardoal. O próximo ano vai ser o ano de 25 anos da Biblioteca Municipal e com isto estamos a criar uma programação específica comemorativa dos 25 anos, que queremos que culmine com a inauguração da própria biblioteca que gostaríamos muito que tal acontecesse durante o ano 2022.

Continuamos com as atividades que que nós temos, a dinamização da Biblioteca, há grande articulação que existe entre a biblioteca municipal e a biblioteca escolar é fundamental e a rede de bibliotecas que foi criada no âmbito da Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo.

No âmbito do desporto, é claro que estou a fazer um resumo, há aqui mais atividades como os senhores bem sabem e têm acesso a elas, também no âmbito do desporto, vamos desenvolver o plano estratégico do desporto, é fundamental, continuar a dinamizar os percursos pedestres, temos sido procurados por precisamente, tem sido aqui algo que tem dado a uma dinâmica que é os percursos pedestres, também o trail, Terras do Sardão, também vamos ter uma novidade que é o Centro de Cycling, cujo financiamento já está aprovado, e que brevemente começará a obra, deste Centro Cycling, que é um espaço de apoio a quem nos quer visitar, no âmbito das bicicletas, do BTT, acreditamos que também com este investimento que está aprovado e que vai começar muito em breve a sua obra, que possamos ter aqui também uma dinâmica, as tradicionais provas de atletismo, a realização de um campo de férias, é claro que tudo isto, dependente também da evolução da situação pandémica que temos que acreditar que as coisas vão melhorar e que vamos poder retomar aqui alguma normalidade, também a construção do campo de basquete 3 x 3 basquete arte alargado a todo o concelho. É importante também criarmos íamos aqui uma dinâmica diferente de novas modalidades desportivas porque até vamos ter umas condições de oferta, que não tínhamos, a partir de abril, que é com o pavilhão

municipal que passa a ser o equipamento disponível para todos os sardoalenses e até para nossa região e poder ter outra prática desportiva que não seja só e muito bem e com todo o respeito e valorizo aquilo tem sido feito em termos de desporto pelas nossas associações, mais poderá aqui haver também outra dinâmica.

A juventude, também a continuação dos programas de voluntariado que temos sido também uma referência em articulação com o IPDJ, a dinamização do ATL, também queremos aqui criar uma resposta que não existe neste momento, essa resposta é para aqueles jovens que estão por exemplo no ensino secundário mas não têm 18 anos e que é necessário também criarmos aqui um espaço para ocupação deste período de férias não estamos a falar de trabalho durante esse período, mas que eles sintam também que têm alguma experiência, algum contacto com locais diferentes, pode ser aqui na Câmara Municipal pode ser nas Juntas de Freguesia, pode ser no posto de turismo, pode ser no acompanhamento das pessoas nas visitas por exemplo aos nossos monumentos, que vamos ter uma dinâmica completamente diferente, também nesta oferta a partir do momento em que o Centro de Interpretação do Patrimônio esteja concluído por isso queremos também dar aqui uma dinâmica com o apoio destes jovens que têm alguma disponibilidade. É claro que temos também aqui uma grande parceria com o CLDS-4G o CLDS, não só no âmbito do social, mas também neste âmbito de apoio à juventude o CLDS nasce no âmbito, no seio da Câmara Municipal, claro todo o processo de arranque chamemos-lhe assim, é iniciativa da Câmara Municipal, mas depois toda a dinâmica em ambos, de fora do processo é de uma entidade, neste caso, a Associação de Assistência e Domiciliária de Alcaravela.

Vamos ter uma novidade, que é o orçamento participativo jovem, ou seja, além daquele orçamento participativo que temos e que em boa hora foi bem proposto pelo Partido Socialista, nós quisermos também aqui fazer um orçamento participativo jovem, ou seja, que os jovens do nosso agrupamento de escola pensem no seu concelho e pensem naquilo que poderão ser as necessidades do seu concelho e que façam eles propostas para alterações ou por um novo equipamento ou para uma atividade, uma realização no nosso concelho, então vamos ter este orçamento participativo jovem. Queremos a implementação do Conselho Municipal de Juventude, tem havido aqui algumas situações que não nos tem permitido. Claro no âmbito do associativismo continuarão as Jornadas do Associativismo, o reforço do apoio ao tecido associativo que realmente merece todo o carinho e como o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Sardoal disse no início e muito bem, eu temo que este Covid e este período Covid tenha algum impacto negativo

no associativismo, ou seja, desmobilizador daquilo que é a essência, que são as pessoas das diferentes associações, era muito importante as pessoas continuassem e que ganhassem ânimo e outras formas também de manter o associativismo, estaremos disponíveis sempre para apoiar, como sempre o fizemos até agora.

Em relação à educação, claro que a revisão da carta educativa está em cima da mesa, em articulação também com a Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo, a implementação também do projeto PEDIME, vamos continuar a ter este projeto escola de excelência com a faculdade ciências sociais e humanas da Universidade Nova Lisboa, depois também aqui algo que já tivemos e queremos retomar que é educação assistida por cães, não era bem educação assistida, era hábitos de leitura, uma interação com os cães que estão treinados para isso, e também já houve uma interação com algumas crianças com necessidades educativas especiais, com grande sucesso, literacia digital, o laboratório de aprendizagem inovadora, Programa Pizza para escolas, depois também a introdução do xadrez e introdução de outras atividades, ou seja, a obrigatoriedade de manter aquilo que nós temos feito e que tem sido um sucesso, como por exemplo a continuação e somos inovadores e não sei se muitos mais e farão e às vezes as pessoas acham que isto já está há tanto tempo, que sempre foi assim e que todos o fazem que é o caso da contribuição de 5€ por cada criança no primeiro ciclo, para atividades de complemento educativo por período e os professores e os alunos fazem o que entenderem com esse valor. Como disse já, a construção da Creche Municipal, conclusão do Parque Desportivo e requalificação do parque infantil do jardim de infância de Sardoal, neste momento não há candidatura para tal, mas também é nossa intenção fazermos a requalificação do Jardim de Infância da Presa assim que possamos.

Em relação às empresas e ao empreendedorismo, continuamos com a dinâmica que temos no Art Of, o Parque Empresarial como disse, neste momento, não tem lotes disponíveis, ficaram completos há pouco tempo, brevemente serão concluídas as obras de pavimentação do Parque Empresarial porque é importante também, mas depois, vai ser um ano muito importante, porque já veio a notificação para audiência prévia da decisão de aprovação do Parque Empresarial de Andreus é um sistema que quisemos enquadrado com a paisagem, enquadrado com a tipologia, com as características do lugar de Andreus, que vai ter numa primeira fase, a oferta que pode ir até 10 empresas, seria ontem, dia 28, que com a audiência prévia e a decisão de aceitação, nós respondemos logo que assim, aliás, e com todas as rubricas elegíveis é um investimento de quase um milhão de euros que vamos também lançar na próxima reunião de câmara, os procedimentos para o

concurso de empreitada, para ganharmos com isto aqui algum tempo e que as coisas possam decorrer em paralelo para que também possamos cumprir aquilo que são as metas do quadro comunitário e o encerramento, abril, maio do próximo ano de 2023. Vamos ter a implementação de um sistema de vendas online para os nossos produtores, no âmbito do Cá da Terra, o Cá da Terra tem tido uma grande dinâmica daquilo que é a valorização dos produtos endógenos, daquilo que é a valorização de tudo o que de bom se faz daquilo que de bom se saboreia no nosso concelho, vai ser uma plataforma que não vai ser só do Município, ganhando escala será também em parceria com os nossos colegas de Constância e de Abrantes.

No âmbito do Turismo, vamos implementar uma proposta que nós já fizemos, o Conselho Municipal de Turismo, é importante que com alguma regularidade possamos reunir as pessoas que pensam essas coisas turismo, e as pessoas que têm, os agentes turísticos locais e que possamos também aqui criar alguma dinâmica nesse sentido. Já falei na oferta turismo natureza, fruto daquilo que é o centro de cycling em Sardeal a ser construído na zona do Parque Desportivo e claro construir o Centro de Interpretação da Semana Santa não chega é preciso também darmos dinâmica e aquilo que nós queremos, é que as pessoas percebam que podem ter acesso ao nosso património todos os dias do ano e que não seja só na Semana Santa. Nós estamos a desenvolver também um trabalho com alguma intensidade com a Fábrica da Igreja, no sentido da requalificação da Igreja Matriz que é fundamental e é estratégico, infelizmente tem sido difícil, muito difícil haver financiamento para a Igreja Matriz, o problema da Igreja Matriz, aquilo que é visto, é o menos preocupante, ou seja, tonos nos preocupamos com a fachada, mas nós não queremos obra de fachada, a fachada é muito importante, mas lá dentro, os vãos, o telhado, precisam de uma grande intervenção, e é nesta parte da candidatura que nós estamos a apoiar a Fábrica da Igreja no âmbito do PRR 2020, para realmente podermos ter nossa igreja matriz requalificada com toda a dignidade que merece, volto a dizer, foi uma opção da CCDR Centro não incluir o património que não seja só o património nacional naquilo que é financiamentos comunitários, foi uma opção entendível, se quisermos, porque tem a ver com a quantidade de património de interesse nacional que existe na nossa região centro e então teve que haver esta opção, porque o dinheiro não dava para tudo e a opção foi canalizar só para o património nacional, a solução poderá ser também, uma requalificação da nossa igreja matriz para património nacional, mas este é um processo que diz respeito à igreja porque o património é da igreja mas nós estaremos disponíveis num enquadramento daquilo que é o nosso plano estratégico de turismo que

foi feito de acordo com estas entidades detentoras do património, não só a fábrica da igreja, mas também Santa Casa de Misericórdia no sentido de caminharmos todos para o mesmo lado, infelizmente têm sido passos muito lentos e alguns até recuamos, mas certamente chegaremos ao nosso destino.

Valorização do património imaterial claro que nós temos, mas também o tipo de património que todos nós gostamos, como é por exemplo, caso de couve de Valhascos com a sua especificidade que tem, como é o caso das tigeladas, como é o caso do vinho também, que nós temos, introduzirmos também.

Não é que não o tivéssemos feito nos outros anos, não é que não existisse essa resposta nos outros anos, mas achamos que seria muito importante o serviço de veterinário e bem estar animal, ter uma visibilidade completamente diferente, daí termos criado também no pelouro do bem-estar animal que é da Vereadora Patrícia, isto não quer dizer absolutamente nada que o trabalho não fosse feito, foi feito com grande empenho, com grande dedicação, em articulação mais uma vez com os nossos parceiros de Abrantes e Constância, por termos o Canil Intermunicipal, mas há aqui sempre um conjunto de situações que nós achamos que devemos assumir estes compromissos, com por exemplo a constituição de colónias de gatos, é um problema, é uma situação que urge ser dada resposta no âmbito nacional porque realmente é um problema que tem que se resolver.

No âmbito da Proteção Civil, é claro que nós fizemos uma candidatura, temos o projeto pronto fizemos uma candidatura que ficou sem dotação financeira para a casa da Proteção Civil, vamos insistir, assim que haja oportunidade, o trabalho está feito, temos um projeto na gaveta do qual investimos, do qual o pagamos, agora assim que haja novamente um aviso para esta área, queremos realmente submeter e fazer aqui também a casa da Proteção Civil, além de todo o apoio que é dado aos homens e mulheres no âmbito da proteção civil, que vamos continuar, também no âmbito do gabinete florestal, com algumas com algumas comemorações e na verdade temos aqui também uma novidade, foi o facto de termos sido incluídos no programa de revitalização do Pinhal Interior, numa primeira fase o concelho de Sardoal não fazia parte deste programa de revitalização, porque não faz parte do Pinhal Interior, mas nós conseguimos, sensibilizando e com apoio da Comunidade Intermunicipal e também com o empenho da Senhora Ministra da Coesão, Ana Abrunhosa, conseguimos realmente integrar este programa de revitalização e, claro, também, como vos disse a AIGP, que eu assinei o protocolo na semana passada, um protocolo que foi assinado o Senhor Ministro do Ambiente, também esteve presente o Senhor Secretário de Estado, no âmbito da valorização daquilo que é a

nossa floresta, um modelo novo, um modelo sequencial, daquilo que é a ZIF, um modelo que aprende também um pouco com aquilo que correu menos bem nas ZIF, tem essa melhoria, tem financiamento PRR, e nós fizemos a candidatura para duas AIGP's, uma que era a AIGP 1, que era, Alcaravela e Santiago de Montalegre, em 140 candidaturas, esta AIGP ficou em nono lugar, mas depois uma outra que era de Sardoal e Valhascos, ficou em nonagésimo, salvo erro, mas não está reprovada, está assim sem dotação financeira, que se houver reforço de verba, se não houver utilização de verba por parte das outras AIGP's que estavam à nossa frente, terão certamente lugar à assinatura do protocolo do contrato programa foi em relação à primeira AIGP, como eu disse.

Estarei disponível para alguma questão que os senhores queiram apresentar, questões técnico-financeiras, está connosco o Chefe de Divisão Financeira, que poderá ajudar.

Como disse e só mesmo para terminar, é um plano que está distribuído para, até 2026, aquelas atividades que eu falei, são aquelas que nós gostaríamos de ver incluídas em 2022, realizadas ou pelo menos iniciadas em 2002, mas depois temos também um conjunto de atividades, para os anos seguintes que não vou aqui maça-los com elas, porque teremos tempo no próximo ano de voltar a falar."-----

Referiu o Senhor Presidente da Assembleia, "Só aqui e dizer uma coisa que me parece de muita importância porque falou-se, o Senhor Presidente da Junta já tinha falado das associações, o Senhor Presidente voltou a falar das associações, eu sou Presidente da Assembleia Geral de duas associações do Concelho que são a Filarmónica União Sardoalense e o Grupo Desportivo e Recreativo os Lagartos de Sardoal, e o que quero aqui é que as pessoas saibam, porque eu sou testemunha disso, é que as dificuldades são muitas em manter e, noutras associações será igual, estas são as que eu conheço melhor, as dificuldades são muitas, mas a coisa que eu mais relevo nisto tudo é resiliência destas pessoas para manter estas associações vivas, apesar de todas estas dificuldades, é só isto que eu quero aqui enaltecer, porque é de facto uma coisa de louvável e que eu acho que a maioria das pessoas não dão importância e às vezes, por incrível que pareça, até são capazes, nas famosas redes sociais, conseguirem contrariar uma coisa que é, que não devia ser e que faz parte um bocadinho ainda da essência do Sardoal, que é o associativismo vivo, o Sardoal quando perder a força associativa que tem, perde o que de melhor há no Sardoal, portanto dói-me o coração quando vejo alguém a criticar, seja lá onde for, as associações do nosso concelho."-----

Interveio o Senhor presidente da Câmara para referir "Só mesmo para concluir a minha intervenção, a falar no mapa de pessoal. Aquilo que nós introduzimos de novo são quatro

lugares de assistentes operacionais para área da educação, a tempo certo, tem uma razão de ser o tempo certo, neste momento está a decorrer um concurso, termina amanhã a entrega de documentos para 4 assistentes operacionais da mesma área no âmbito da educação, porquê a diferença, a tempo certo, porque queremos garantir ou seja para o quadro podemos garantir uma estabilidade, um grupo estável, um grupo coeso, um grupo que se mantenha durante muito tempo, mas depois há sempre aqui esta possibilidade, nós herdamos, perdoem-me a expressão, a creche, de uma IPSS, aquilo que nós não fechamos de todo é que um dia a valência de creche possa regressar a uma IPSS, tem muitas vantagens, primeiro, nós estamos a construir, ou seja o projeto vai ser construído, de acordo com as regras do Instituto de Segurança Social, e ao ser construído com as regras do Instituto de Segurança Social, se um dia for esse entendimento do município, podemos ceder a gestão desta creche a uma IPSS e com isso poder haver uma redução de custos como por exemplo dos acordos que a Segurança Social tem, que pode ter por criança, com as IPSS's pode ter mas não pode ter com os municípios, por isso, assim sendo, haverá uma vantagem para todos. Resta dizer que a comparticipação para a construção desta creche é a 100%."-----

Tomou a palavra a Senhora deputada João Ramos, referindo o seguinte "*Permita-me uma pequena reflexão sobre as palavras do Senhor Presidente da Câmara, porque hoje também me sinto particularmente hiperativa e nós temos sempre a tendência a focarmos na obra física, nestas questões do Poder Local, e frequentemente nós esquecemos de outras sementes de cidadania que é necessário cultivar e nós aqui na Assembleia Municipal também temos essa responsabilidade, não podemos deixar de exigir sempre mais nós próprios eleitos e, mas temos também de validar o caminho que já está feito e dito isto, tenho de me reportar à minha situação, como alguns que aqui estão, de mãe de dois adolescentes e cada vez vejo com mais preocupação o acesso à informação e à cultura, ainda no outro dia tive a oportunidade de ir à escola, ao agrupamento, enquanto encarregada de educação, falar um bocadinho com uma turma do nono ano sobre o impacto das alterações climáticas mas sobretudo, sobre o que é que os cidadãos têm à sua disposição enquanto ferramenta para agir, aliada a ação governativa e chego sempre à mesma conclusão, que é, eles querem falar, querem participar, têm interesse mas precisam de ser cativados e sobretudo precisam que lhes mostremos que a opinião deles interessa e a cultura no caso particular do Sardoal, e para quem está sempre também a bater no ceguinho, perdoem-me a expressão, é a meu ver, a alavanca para alargar os horizontes aos jovens que aqui vivem, e a nós também menos jovens, e reconheço e tenho*

orgulho que os jovens do Sardoal, quer por via do associativismo, quer por via da ação da Autarquia, quer por via de nós pais, que temos as nossas responsabilidades, tenha palavra nestas matérias, porque nós precisamos destes jovens envolvidos agora e no futuro e concluindo, a obra física é fundamental, já o disse, mas há outras necessidades emergentes para os nossos e para os que já estão a chegar também ao Sardoal, cidadãos nacionais e internacionais, estrangeiros, que por via da pandemia, e devemos estar muito atentos e muito exigentes, com o governo Central nomeadamente e quero recordar as palavras do Senhor Presidente, na exigência de não esquecerem que o interior não pode estar só no papel, nos discursos bonitos do governo e dos seus representantes.”-----

Tomou a palavra o Senhor deputado César Marques, referindo o seguinte “*Queria deixar uma análise sucinta, face também ao que é estas Grandes Opções do Plano, e queria aqui ressaltar de uma maneira geral que a nossa sociedade está assente em três pilares fundamentais que a educação, a saúde e emprego, e este plano abrange globalmente todas estas questões. Em termos de educação temos uma escola praticamente a acabar de estar nova, temos um investimento forte como o Presidente acabou de dizer, relativamente a uma creche, em termos daquilo que é saúde e ação social penso que há sempre mais a fazer, mas não podemos lamentar-nos da zona do país onde vivemos, dos acessos que temos à saúde e ação social e naquilo que é o emprego, estamos numa zona cada vez mais desertificada, com cada vez menos emprego e estamos a fazer um trabalho naquilo que tem sido os gabinetes de apoio ao empreendedorismo, o novo parque empresarial, portanto acho que aquilo que é possível fazer acho que este plano abrange globalmente.*

A lamentar, é de não haver, eu assisti à última reunião de Câmara, não terem surgido propostas da parte do Partido Socialista, eu percebi a justificação que foi dada na altura, pela manta ser curta, por estarmos dentro daquilo que são condições financeiras limitativas mas relembrar que noutra altura, o PS propôs o aparecimento do orçamento participativo, que não careceu de grande investimento em termos do executivo e que foi uma medida que foi levada a avante parte do município, essa era a parte que eu queria falar, em termos mais gerais, em termos práticos queria perguntar ao Senhor Presidente, qual é a operacionalização acerca das áreas integradas de gestão da paisagem, o tal programa que foi aprovado agora recentemente, em que medida prática é que isso vai ser operacionalizado, qual é o investimento que vai ser financiado para o nosso município e de que maneira que isso vai ser operacionalizado, como já disse.

Em termos do Parque Empresarial falou-nos do investimento de cerca de um milhão de euros, eu vi no mapa por cerca de 3 anos de que maneira, qual é a percentagem em termos de financiamento que vamos receber também nesse sentido.

De uma forma geral, queria só deixar o reconhecimento pelo elevado nível de desempenho que tem sido feito em termos da candidatura e da elaboração de projetos para o financiamento externo porque acho que tendo em conta as finanças que temos, acho que tem sido feito um trabalho excepcional nesse sentido e ter projetos já em gaveta para quando essas mesmas candidaturas todas abrirem acho que é um trabalho que perspetivo muito bom."

Tomou a palavra o Senhor Presidente da Câmara, referindo o seguinte: "A área integrada de gestão da paisagem tem por princípio a transformação da própria paisagem, a criação e instalação, esta primeira fase, com financiamento de 50000€ para a instalação e criação de uma entidade gestora, o papel do município neste momento está praticamente terminada, ou seja, nós fizemos a candidatura, assinamos o protocolo, agora iremos fazer um procedimento de forma a que haja uma entidade especializada na matéria que vá fazer o contacto com os proprietários e que possamos criar aqui uma entidade gestora, como disse, o investimento, vamos ter ações associadas, há integração de prédios de forma a que eles possam ser rentáveis, eu vou dar um exemplo, uma faixa de gestão de combustível é um bem comunitário, mas é um prejuízo para o proprietário, ou seja, aquela pessoa que teve que ceder um conjunto de metros e alguns, uma faixa de gestão de combustível de rede primária, não estamos a falar de tão pouco como tudo isso, ele está a ceder a sua propriedade, uma parte da sua propriedade, para aquilo que é o bem comum, ou seja, para a defesa das restantes propriedades, ora, numa AIGP aquilo que se pretende, é que estas áreas por exemplo, onde estão as faixas de gestão de combustível, participarão também na AIGP, farão parte, e os seus proprietários poderão também fazer parte da entidade gestora e terão acesso aos rendimentos produzidos pelos outros, que não aquele rendimento que logicamente a faixa de gestão de combustível não vai ter, este é um dos aspetos, outro aspeto que está AIGP tem é questão cadastral, felizmente no nosso concelho esse problema não se põe, mas é também uma forma, o financiamento para muitos dos concelhos poderem regularizar o cadastro e depois é também valorizar aquilo que é um mini, eu arriscava-me a dizer, microfundio, porque temos propriedades tão pequenas, que não são absolutamente nada rentáveis só por si, então é importante que se unam, que se juntem, que haja alguém que faça essa gestão porque muitos destes destas pequenas propriedades são heranças, de pessoas que algumas delas nem sabem

que as têm, algumas delas têm alguma dificuldade em perceber que têm cá esta herança, mas que, não se preocupem, elas não estão cá mas vai haver alguém no território que vai fazer a gestão desta propriedade ou desta paisagem rural, onde está incluída também estes terrenos para os quais os proprietários não têm disponibilidade para o fazer, por isso, no fundo, é um pouco esta transformações que visa também preparar as aldeias, preparar as vilas, preparar o interior, também como uma atratividade para novos moradores, para novos residentes, para pessoas que queiram ter aqui uma atividade agrícola, para que a terra volte a ser, para que o interior não só a floresta, mas também os campos agrícolas, possam ser novamente rentáveis, possam ter alguma rentabilidade e sejam atrativos para pessoas que se queiram fixar no interior.

A constituição da entidade gestora tem o valor de 50000€, depois são 12€ por hectare da área total até um máximo de 40000€, depois 4€ do valor do prédio rústico na carta cadastral, até o limite máximo de 50€, taxa de financiamento a 100%, mas o facto de existir uma área integrada de gestão de paisagem, permite que depois esta entidade gestora se possa candidatar a outros fundos, a outros meios, de valorizar aquilo que é sua propriedade, muitas delas, pequena propriedade e não rentável, mas que, em conjunto com os outros ganhe escala e passe a ser rentável.

Em relação ao Parque Empresarial, o financiamento Senhor Deputado César Marques, é 85% e todas as componentes foram elegíveis, às vezes nestas coisas nós pomos lá muita coisa, e depois há um conjunto de despesas não elegíveis, neste caso não há 100% de elegibilidade das nossas despesas, ou seja, todas elas terão um financiamento de 85%." ----

Tomou a palavra o Senhor deputado Adérito Garcia para referir o seguinte: "Da análise que fizemos neste momento há duas ou três questões muito específicas, que queria fazer ao Senhor Presidente, a primeira tem a ver com é uma mera curiosidade, tem a ver com o campo de basquetebol 3 por 3 se há alguma ideia onde é que ele vai ser construído, depois sobre a casa da Proteção Civil, também a mesma questão, sobre a página 24 do documento isto por acaso tem a ver com proteção civil, queria perguntar ao Senhor Presidente, isto tem a ver com os projetos das várias linhas do gabinete técnico florestal, na página anterior de facto, fala na AIGP, e muito bem, mas na página 24, volta a referir ou refere para implementação de duas zonas de intervenção florestal, ZIFs, queria só confirmar que facto está bem assim ou foi algum lapso, uma vez que parece-me a mim que estamos nesta altura, no país, numa tentativa de sair deste conceito de ZIFs e avançar para algo um pouco mais evoluídos, todos nós, que possa correr melhor era mesmo só

para perceber se de facto se é mesmo isto apoiar ZIFs ou se foi algum lapso que pode acontecer sem qualquer problema.

Depois queria questionar sobre o quadro que está na página 25, que tem o resumo, as rubricas das receitas e das despesas e nas receitas de capital tem lá uma linha mesmo no fim no final das receitas de capital que tem a ver com receitas de, com subsídios financeiros, a quantidades financeiras, um milhão, duzentos e qualquer coisa mil euros, a questão que eu queria colocar é, nós percebemos pelo texto que nos apresentou que há 619 000€, grosso modo, de empréstimos que já estão acordados, já foram contratados, mas ainda não foram usados, portanto, ainda não estão refletidos em dívida, na dívida prevista, é o que está escrito no relatório, a este valor de 619 000€ já esta aqui incluído, há novos empréstimos previstos, esta linha exatamente, qual é o objetivo com esta linha.

Depois e respondendo um pouco à questão inicial da Senhora deputada Joana Ramos, e do Senhor deputado César Marques, tem a ver com a apresentação ou não, de propostas do Partido Socialista, de facto, o Partido Socialista só há muito pouco tempo é que não tem apresentado propostas, desde sempre apresentou propostas, e, é verdade que, algumas implicariam maior investimento, outras se calhar nem tanto, o caso do orçamento participativo de facto foi a única que eu me recordo, e já aqui ando há algum tempo que mereceu a aceitação pelo executivo PSD que estava a governar no momento, mas apresentamos outras que se calhar como investimento seria menor mas, por opção de quem governava na altura, entendeu-se que essas propostas não mereciam aceitação, foi a opção que foi tomada e portanto foi isso que aconteceu e foi isso que de facto aconteceu no passado, no que se refere a este ano, de facto aquilo que nós percebemos da análise das contas, não sei se alguém teve o cuidado de fazer estas contas, apesar de termos um orçamento de 11 milhões de euros e mais qualquer coisa, não interessa aqui o valor em pormenor, mas há um determinado valor que já está alocado a despesas que a Câmara vai ter obrigatoriamente, porque tem funcionários, porque precisa de comprar bens e serviços para o seu funcionamento, porque tem empréstimos acordados e tem de amortizar capital, tem de amortizar juros, e tem outras despesas correntes que fazem parte e, aquelas receitas que são certas, que podemos admitir que são certas, estamos a falar do que são transferências do estado, mas as despesas correntes, que são as vendas de bens que infelizmente e com a questão da concessão da água vieram sofrer uma redução muito importante e, na parte das receitas de capital, algumas verbas da administração central que podem, digamos, não tem necessariamente, que não dependem de existência de projeção para as afetar o que acontece é que os

compromissos já assumidos e o funcionamento da câmara representa 93,3% dessas, receitas ou seja 6,86 milhões de euros, estamos a falar de 3 780 000€ para despesas com pessoal, não é só salários, também é abonos, é também segurança social, que tem um peso também muito importante, é verdade, estamos a falar de aquisições de bens e serviços como sejam energias, combustíveis, telecomunicações e mais uma carrada e mais uma lista de serviços de 1926 000€, estamos a falar de outras despesas correntes na ordem dos 824 000€ e amortizações de capital de empréstimos que estão contratados, estão assumidos os compromissos, mais grosso modo, 370 000€.

O que é que sobra deste valor de receitas, mais ou menos certas, estamos a falar grosso modo, pouco mais 400 000€ que, para todos os efeitos, é aquilo que a câmara tem para gerir, que o executivo tem para gerir, para pagar as dívidas de curto prazo que faz parte do funcionamento, e estimadas a 31 do 12, de acordo com este documento são de 850000€, e portanto, se tem dívidas a curto prazo de 850 000€, se tem 400 000€ para gerir, é claro que infelizmente não vai conseguir pagar a todos, portanto vamos ter aqui uma gestão de créditos para que a atividade possa prosseguir. Vai ter também com este valor, fazer face a empréstimos novos que estão previstos ou que não estão incluídos nas dívidas, no caso deste que falei há pouco, portanto seguramente no próximo ano estes irão ser executados, irão ser utilizados e portanto começarão a trazer custos ao município e tem também desta verba, tem também de fazer face à sua parte dos investimentos que são financiados por fundos comunitários ou por outras entidades que o município tem cota parte do investimento e tem que ter que ir buscar este investimento, depois tem outras obras para fazer, que tem que fazer por expensas próprias, de facto são importantes e não existem fundos para elas. O que nós entendemos foi, num ato de responsabilidade, que apesar de termos uma lista grande de projetos que achamos importantes fazer, e aliás eles são conhecidos por que a campanha eleitoral não foi assim há tantos meses, todos conhecemos quais são os projetos que o partido A ou o partido B tinha intenções de fazer, por isso se candidatou às eleições, todos sabemos bem quais são, alguns são coincidentes, entre os dois partidos e é bom que assim seja porque genericamente veem o município e as dificuldades pelo mesmo prisma, ou pelo menos, têm a mesma opinião sobre isso, há outros que se calhar, nem tanto, e portanto, o facto de este ano não apresentarmos projetos, foi de facto um ato de responsabilidade, porque sabíamos que muito dificilmente eles iriam ser aceites, eles são conhecidos de todos.

Voltando ao documento em si, e questões mais políticas, porque é esse o nosso papel aqui, é discutir as políticas e estratégias que este documento nos traz, aquilo que nós

vemos apesar de concordamos com uma grande parte nas obras que aqui são elencadas, mas achamos que falta aqui um fio condutor, falta aquilo que chamamos e aquilo que se chama a estratégia, qual é a estratégia, onde é que nós queremos estar daqui a 4 anos, porque este é o primeiro orçamento do mandato de 4 anos e é preciso, ou, nós gostaríamos de ver e de perceber para cada um destes vetores que aqui estão, todos e que apresentou onde é que queremos estar daqui a 4 anos, qual é o nosso objetivo, em termos de estruturas qual é o nosso objetivo a atingir daqui a 4 anos, como é que o podemos medir daqui a 4 anos, em termos de mobilidade, em termos de ambiente, em termos de ação social e todos os outros que o Senhor Presidente falou e que tem atividades que o executivo pretende executar, umas com a intervenção do próprio Município, outras com parcerias e ainda bem que as há, porque de facto tem uma forma por vezes mais barata de fazer coisas interessantes, mas o facto, nós pelo menos não conseguimos vislumbrar esta estratégia, qual é o fio condutor e o que pode levar a que porventura algumas das propostas que aqui são apresentadas entrem em choque com outras no seguimento de um determinado objetivo, portanto, se, nós não conseguimos perceber qual é o objetivo, onde é que nós queremos chegar daqui a 4 anos e portanto, desta forma sem um objetivo claro, sem eu ele estar perfeitamente identificado e perfeitamente anunciado, as propostas que aqui são apresentadas, independentemente de serem boas ou más, não vamos discutir isso, mas podem ser propostas avulsas que não se guiam por uma linha, aparentemente, é o nosso entendimento, não encontramos aqui não encontramos aqui a estratégia para 4 anos, em termos de demografia, qual é o nosso objetivo, onde é que queremos chegar, em termos de criação de empresas ou melhor que a criação de empresas, quantos postos de trabalho podemos criar no concelho nos próximos 4 anos, é só estas questões que nós achamos que são importantes e que achamos nós, que deviam de estar refletidas neste documento, se calhar porventura talvez nunca tenhamos falado nisto, também nós na Assembleia Municipal nunca tenhamos pedido mas acho que é um salto qualitativo que podemos dar neste tipo documentos e que seria importante percebermos até para termos todos um fio condutor, nós e todos os municípios, terem uma forma de avaliar muito objetiva o trabalho desenvolvido por todos, é claro que isto também se aplica à Assembleia Municipal, quais são os objetivos que se tem para a Assembleia Municipal, e as duas listas que se apresentaram tinham também propostas nesse sentido e por isso achamos que este documento tem essa falha muito grande, grave e gostávamos de facto que aqui estivesse refletida, por outro lado, em termos de números, foram números muito genéricos, aquilo que nos parece é que aponta

para um agravamento da dívida, ou aumento da dívida e não entendemos ou não conseguimos perceber que haja uma melhoria da liquidez financeira, de liquidez diária do município e a questão das Juntas de Freguesia, dos acordos de cooperação, temos dúvidas se será tanto assim por causa da entrega de relatórios, se será por outros motivos, por isso estas três questões e fica esta, a nossa opinião sobre este documento.”-----

Tomou a palavra o Senhor deputado Joaquim Serras que referiu o seguinte: *“Queria começar por comentar aquilo que o Senhor deputado Adérito Garcia disse, com muito respeito, porque ele nos pediu para termos respeito, penso que nunca houve falta de respeito na Assembleia Municipal. Quando ele fala dos custos com pessoal, todos sabemos que os custos com pessoal são sempre custos elevados, são os vencimentos, são todos aqueles encargos que estão à volta disso, mas se o Senhor deputado acha que se deveria de reduzir o pessoal no município, quando o passal significa serviços que são prestados aos sardoalenses, significa portanto, valores que são pagos e portanto e que entram diretamente na economia do Sardoal portanto se o município devia de reduzir ou não o pessoal, depois também, ainda em relação aquilo que o Senhor deputado Adérito Garcia disse, portanto em relação a endividamento, e como nós vimos no documento anterior, portanto, penso que a Câmara cumpre com todos os valores portanto em nível do limite de endividamento, queria deixar estes dois comentários em relação aos valores comentados.*

Depois em relação ao documento, queria salientar portanto aqui a questão relacionada com os parques ou com a zonas industriais, tanto a zona industrial dos Andreus como a zona industrial do Sardoal, a mais antiga, em relação aos Andreus estamos a falar aqui de 10 empresas, se cada empresa criar 5 postos de trabalho, estamos a falar de 50 postos e portanto e vem com uma conclusão da requalificação do Parque Empresarial do Sardoal, que é bom que seja concluída a requalificação e que nos anos seguintes se pense em aumentar a zona industrial do Sardoal, porque não pensar em duplicar a zona industrial que tão bem localizada está e portanto que será uma forma de aumentarmos o número de empresas e número de empresas farão aumentar a criação de postos de trabalho e falamos aqui também de um incentivo municipal à criação de postos de trabalho e não estão de fácil encontrar pessoas para trabalhar, neste momento já não é necessário criar postos de trabalho, é necessário encontrar pessoas para trabalhar, porque postos de trabalho também há muitos, mas este Incentivo mesmo assim faz sentido porque poderá ser uma forma de se oferecer melhores condições e tentar atrair mais pessoas para o nosso território e assim portanto, conseguirmos inverter a perda de população ou quem

sabe até vir a aumentar a população. No mesmo sentido também, falar aqui do alargamento do funcionamento do Gabinete de Apoio ao Imigrante e porque se nota cada vez mais estrangeiros a quererem vir para o nosso país, por vários motivos, e, portanto, podem eles já, com todo o conhecimento que têm também contribuir para o aumento da nossa população e para fixar novos investimentos, e novas formas de trabalhar, portanto, queria salientar aqui estes aspetos ao nível económico, eu penso que tem-se depois em toda a vida do concelho, sempre um impacto muito grande.”-----

Interveio a Senhora deputada Joana Ramos referindo o seguinte “*Eu queria comentar este discurso do senhor deputado Adérito Garcia, que merece meu respeito, claro, e tem o seu valor, da colagem à uma certa gestão de empresas que eu até admito que as Autarquias de uma forma geral não a do Sardoal em particular, possam dar algum lucro, podem esforçar-se nesse sentido mas queria voltar aqui um pouco atrás, sobre o fio condutor, e as tais metas, numa linguagem muito de gestão que eu não percebo também particularmente, eu entendo que quando o senhor diz que houve muitas e pouco onerosas sugestões que Partido Socialista fez eu não consigo elencar uma ou duas, até para que as pessoas que estão a ouvir entendam o que é que o Senhor está a falar, porque de facto, o orçamento participativo ficou, marcou, mas era importante que as pessoas percebessem melhor do que é que está a falar quando comenta isso, como eu disse no início, não quer dizer que não haja boas ideias, mas para serem tão boas como a do orçamento foi, é preciso que todos concordemos e era importante que consubstanciasse aqui nesta assembleia, há bocado estava com 80 e tal pessoas, é importante que as pessoas se sintam informadas.”*

Interveio o Senhor Presidente da Câmara, referindo o seguinte: “*Eu faria aqui uma distinção entre aquilo que foi minha intervenção e a comentário que foi a intervenção do Senhor deputado Adérito Garcia, eu não aceito que o Senhor ponha em causa a minha palavra, quando eu falei sobre a questão das juntas de freguesia, o Senhor pôs em causa, mas o senhor se quiser saber a verdade faz aquilo que os senhores têm feito muitas vezes, e muito bem, faz um requerimento dirigido ao Presidente da Câmara e o Presidente da Câmara far-lhe-á o histórico de tudo isto que está a dizer, por isso Senhor deputado, temos que ter cuidado com as palavras, eu não lhe admito que o Senhor ponha em causa aquilo que eu disse e as minhas palavras, às vezes posso não saber e posso me enganar, mas aquilo que eu disse é assim, se tem dúvidas faça um requerimento como o Partido Socialista faz é um direito regimental que os senhores têm, e ser-lhe-á dada resposta por*

escrito, agora pôr aqui, deixar aqui, pairar no ar dúvidas sobre a minha palavra, eu não lhe admito.

Fio condutor, é preciso andarmos distraídos ainda por cima o senhor que já cá anda há tantos anos, para não conhecer aquilo que é a Estratégia Integrada de Desenvolvimento do Sardoal, um documento feito com apoio de uma empresa de Augusto Mateus, salvo erro, em que tem aquilo que nós queremos para nosso concelho, desde 2017, mas também temos outro que foi aprovado, foi discutido e aprovado na Assembleia Municipal, Plano Estratégico de Desenvolvimento Turístico para o Concelho de Sardoal, temos outro, por exemplo, Encontro, é uma terra onde vive a natureza, o desenho e projeção gráficos foi discutido e aprovado em reunião de Câmara e Assembleia Municipal, Art Of, documentos e trabalhos sobre Gil Vicente, rota de Gil Vicente, Senhor deputado, resultado, nós não navegamos à vista, nós só navegamos à vista, precisamente quando às vezes os quadros comunitários nos trocam as voltas, sugiro a leitura, mais uma vez, destes documentos, porque o senhor de certeza que teve em determinada altura, quando eles estiveram em discussão, teve oportunidade de se pronunciar e tive a oportunidade de os conhecer, estão aqui, estratégia integrada de desenvolvimento do Sardoal, o Senhor tinha a obrigação de conhecer este documento, mas para além disso, todas as candidaturas aos quadros comunitários, têm uma estratégia e têm de ter um enquadramento estratégico, entre eles, por exemplo, aquele documento que o Senhor na segunda-feira aprovou, ou ontem, na Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo, na Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo, passa muito da nossa estratégias, eu sei, por exemplo, que foi referido o Sardoal, no âmbito da fé e da religiosidade, como sendo dois polos estratégicos para a Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo, Fátima e Sardoal, é verdade ou não é, foi ou não foi dito pelo presidente da Comunidade esta situação, por isso, nós não navegamos à vista, mas se quisermos e se fizermos uma leitura atenta sobre o documento, o documento tem uma projeção até 2026, este plano não é anual, eu só referi aquilo que está anual, mas está aqui projetado aquilo que nós queremos que seja o caminho do nosso concelho até 2026.

Em relação à análise propriamente dita do documento o senhor utiliza uma calculadora só com sinal de mais, porque na verdade aquilo que o Senhor disse, não me pareceu, da minha da minha fraca competência técnica e em nada disso pôr em causa a sua, porque a sua formação nesse sentido é muito diferente da minha, mas o Senhor só somou, mas há também que subtrair, é claro que se nós contraírmos empréstimo, nós todos os anos pagamos empréstimo e é o facto de pagarmos este empréstimo, todos os anos, que nos

permite que tenhamos capacidade endividamento para voltar a investir, um concelho como o nosso não pode fazer as coisas de outra forma porque senão, perdoem-me a expressão e não tem nada a ver com o senhor presidente da junta de Valhascos, ficamos a ver passar os comboios, porque há oportunidades de quadros comunitários, há oportunidades que estão agora a sair nós, ou nós aproveitamo-las com todas as nossas capacidades ou então, há situações estratégicas fundamentais para o nosso concelho, como por exemplo, a creche, como por exemplo foi a escola, que não sabemos se voltam, então esta oportunidade é agarrar ou não agarrar, este discurso que o Senhor tem, já o tem há muitos anos, mas com este discurso que o Senhor tem, com esta falta de liquidez que o Senhor diz que nós temos, que não é verdade, o Senhor já viu o que nós temos feito, o que fizemos em termos de Casos Novos, Panascos, Valhascos, Santiago Montalegre, toda esta pavimentação que temos estado a fazer, requalificação da Capela Nossa Senhora do Carmo, os passadiços centrais, os corredores aqui na zona na zona histórica, então, fazemos isto com o quê, com que dinheiro, não, é porque as suas contas não podem ter só sinal de mais, tem que ter sido algo mais e sinal de menos, porque se é verdade que vamos somando naquilo que são os nossos compromissos, que vamos assumindo também vamos subtraindo naquilo que são os compromisso que nós vamos pagando e isso, só assim se explica que nós, com a vossa dita falta de liquidez, que não é verdade, é pequena, é reduzida, gostaríamos de ter mais, mas esta nossa liquidez, ou tesouraria, esta nossa forma de fazermos a nossa gestão financeira, permite que tenhamos investimentos da ordem daqueles que nós estamos a ter, parque de negócios de Andreus, um milhão, o colégio, um milhão, novecentos e pouco, nem um nem outro chegam a um milhão, então isto é feito com dinheiro de quem, é claro que é com fundos comunitários, mas os 15%, quem é que tem que pagar, onde é que nós vamos aos 15%, vamos, entre o deve e o haver, entre aquilo que são os encargos que vamos assumindo, e os encargos que nos vamos desfazendo deles porque vamos pagando, nós vamo-nos candidatar, são 700000€ à requalificação dos prédios da Tapada da Torre, a obra já temos feita, a loja do cidadão foi feita com que dinheiro, de fundos comunitários mas também nossos e quando hoje outros inauguraram as suas Lojas do Cidadão há pouco tempo, o Sardoal é uma realidade feita por nós e que parece que sempre existiu, mas não, o que existia lá, era um edifício devoluto, que nós tivemos a coragem de ir para a frente, a coragem que outros não tiveram e assumimos e hoje temos ali uma nova centralidade, que fez com que alguns serviços públicos não saíssem do nosso território como pairava sempre sobre a nossa cabeça essa possibilidade, isto foi feito com que orçamento, com o nosso, com que

receitas, com as nossas, com endividamento de quem, nosso, com os encargos que temos com os trabalhadores, sim, com muito trabalho dos nossos trabalhadores e fiquem sabendo, só alguém que não tem conhecimento daquilo que é um funcionamento de uma Câmara Municipal poderá dizer que nós temos trabalhadores a mais, só um grande desconhecimento daquilo que aos dias de hoje, a realidade de hoje, de uma câmara municipal poderá fazer tal afirmação, todos os dias lutamos com falta de recursos humanos, precisávamos de mais alguns recursos humanos nalgumas áreas, precisávamos, felizmente temos um conjunto de funcionários, não são todos, infelizmente, mas também numa organização que tem tantos, seria de estranhar se todos fossem iguais, não, felizmente temos um conjunto de funcionários e que não são tão poucos como tudo isso, que se empenham e que trabalham naquilo que são as 7 horas diárias, e alguns têm que fazer horas extraordinárias, é com isto tudo, com este empenho, com essa dedicação de todos, que nós temos feito aquilo que fizemos e que está aí a vista e que vamos continuar a fazer, e que vamos aproveitar tudo o que seja os quadros comunitários, porque felizmente nós temos aquilo que outros colegas, outros municípios não têm, infelizmente, que é capacidade de endividamento, agora, aquilo que não quero ser acusado é, porque é que não fizeram, porque não tínhamos dinheiro, mas se tinham capacidade de endividamento, porque é que não utilizamos, mas isto têm sido feito há muito tempo, como é que se faz o Centro Cultural, como é que se fez a Barragem da Lapa, como é que se fez outros equipamentos municipais, com capacidade de endividamento, mas sem que falte o essencial, sem que falte boas respostas de qualidade imaterial, como disse a Senhora deputada Joana Ramos e muito bem, sem aquilo que é o imaterial, porque muitas vezes não é tão visível, deixe de ser feito, agora, isto tem um empenho, uma dedicação e acho completamente injusto, que a sua calculadora só tenha sinal de mais, ou então, expliquem-me, como é que temos feito tudo isto, como é que conseguimos pagar tudo isto e como é que conseguimos ter este resultado em termos de dívida, é que isto não é de um ano, não é de dois, isto é a variação da dívida do município desde 2009 até 30 de novembro de 2021 é este o panorama, por isso, acho que há aqui uma grande injustiça aquilo que os senhores dizem, percebo, os senhores são oposição, está bem, mas eu gostava de ver uma oposição por vezes mais construtiva, por vezes a dar ideias, os senhores dizem que nós não temos capacidade de fazer isso fazer aquilo, digam-nos como é que é, digam-nos como é que se faz, ajudem-nos a construir, façam propostas no dia-a-dia, como é que se aumenta a população, nós temos feito tudo aquilo que está ao nosso alcance, possível e impossível, mas se os senhores têm novas ideias, as melhores ideias são

bem-vindas, não vão estar à espera 4 anos que venham novas eleições e guardar ideias para os outros que venham a seguir, que acredito seja dentro da mesma linha política, mas estão à espera de quê, 4 anos a guardar, isso não é ajudar o Sardoal, isso não é contribuir para o Sardoal, contribuir para o Sardoal é no dia a dias, é fazer propostas, em que nós aceitamos, a linha está mal, o caminho é este, devíamos ir por ali e não ir por este, devíamos ir por outro lado, propostas concretas, aumentar a população, como, vamos trabalhar em conjunto, vamos criar aqui pactos de regime porque para nós o mais importante para que demonstremos aos nossos cidadãos que o mais importante é o Sardoal e os sardoalenses e a nossa região, e não os egos de cada um de nós, onde eu me incluo, isso é que era muito importante, criarmos pactos de regime, queríamos e vamos então levar as coisas pelo caminho, vamos deixar um Sardoal sustentável aos nossos filhos e para os nossos netos e para a nossa reforma, isso é que era muito importante.

Em relação ao basquete 3x3, vai ser numa primeira fase implementado numa parceria com a Junta de Freguesia de Sardoal, em Sardoal, será outro campo em Alcaravela, e outro em Valhascos, numa primeira fase, senhora presidente de junta Dora, não vamos deixar de parte Santiago de Montalegre mas é o que está previsto neste momento.

Em relação às Zifs, as Zifs podem continuar a funcionar na mesma, aquelas que funcionam bem, sendo certo que há aqui uma novidade, ou seja, a associação de agricultores está a trabalhar no sentido de criação de Zifs uma coisa não exclui a outra, mas, por exemplo, que nós conseguimos fazer com esta AIGP de Alcaravela e Valhascos, conseguimos que essa AIGP se sobreponha aquilo que é a zona da Zif e com isto possamos resolver aquilo que é um problema que nós não temos conseguido resolver e que já anda aí há muitos anos, talvez esta seja a estratégia ideal para resolvermos esse problema das Zifs.

Em relação ao valor do endividamento que o Senhor falou, de 1.246 mil euros um tem a ver com aquelas obras que já aprovamos o financiamento e outras têm a ver com financiamentos excecionados, dívida excecionada, mas de qualquer das formas, não sei se o doutor Nelson que está aqui poderá esclarecer melhor, ou seja, são 616 000€, para a Cabeça Mós, para o Parque Empresarial, para aquela entrada da escola, para aquele arruamento que é falado e muito bem que precisa de intervenção assim que termine as obras da escola, este conjunto de projetos que os senhores conhecem e que os senhores aprovaram, ou não, não me recordo qual foi o sentido voto que manifestaram a sua opinião e que foi aprovado pela Assembleia, mas eu pedia ao doutor Nelson para que nesta questão técnica poder dar mais aqui alguma ajuda."

Tomou a palavra o Sr. Nelson Alves, referindo o seguinte "Em relação à dúvida do deputado Adérito, a situação é a seguinte, aquele milhão e duzentos é o valor que já temos de empréstimos aprovados, que corresponde a cerca de 20000€ do empréstimo das obras de Santiago de Montalegre que ainda ficou com esse com esse valor, os 597000€ referentes ao empréstimo que o Senhor Presidente falou das obras de Cabeça das Mós, Entrevinhas, Zona Industrial, e depois 617000€, referente ao empréstimo da biblioteca, porque é que não está o milhão, um ponto dois, ali na dívida que é o mapa de endividamento, e só esta os 619000€, porque o valor da biblioteca é excepcionado, não conta para o endividamento, por isso o resultado ser este assim."-----

Tomou a palavra o Senhor deputado Rui Valente referindo o seguinte "Eu ouvi com atenção Senhor Presidente e na sua intervenção referiu o PRR muitas vezes e eu sei porque é que referiu, porque todas as obras que indica neste GOP, se não for com fundos comunitários e o meu colega Adérito já o referiu, que o município não tem liquidez para as fazer. Este GOP para mim, eu estive a ler, é o mais do mesmo dos anos anteriores em que temos pouco ou nada de investimento e muita música. Mas eu só queria, eu gostava de ver aqui, que o Senhor Presidente me explicasse, porque nós entregamos as Águas do Tejo concessionamos a exploração das águas à Tejo Ambiente, e numa rubrica de despesas na página 35 deste documento tem lá outras, outras despesas com certeza, tem lá o valor de 120000€ na mesma rubrica que diz que foi considerado uma verba de 50000€ para a empresa Tejo Ambiente com o objetivo de repor o equilíbrio económico e financeiro da empresa, isto deve preocupar os municípios porque se nós concessionamos as águas porque a autarquia tinha muitas despesas com esta produção de água e agora nós estamos a subsidiar esta empresa, era só isto que eu queria perguntar ao Senhor Presidente."

O Senhor Presidente respondeu o seguinte: "É muito simples, nós temos um conjunto de investimentos que não tem nada a ver com o quadro comunitário, pavimentação da Tojeira, pavimentação do Pisão, pavimentação do Brescovo, eu tenho dito isto todos os anos, é que há mais mundo para além dos quadros comunitários, e há necessidades básicas fundamentais para a qualidade de vida dos nossos cidadãos que não podem neste momento ser satisfeitas, com recurso a quadro comunitário, e então nós fazemos todos os anos a gestão da nossa capacidade de endividamento, mas a gestão é feita, não só porque temos capacidade de endividamento, mas também com vista a capacidade de pagar esse mesmo endividamento, este equilíbrio e esta análise é feita, como foi o caso de Valhascos, como foi o caso, aquela parte norte, a segunda circular como os senhores chamam, como

foi Casos Novos, Panascos, Santiago de Montalegre, são mais de um milhão de euros, talvez dois milhões, que nós temos estado a investir para além dos quadros comunitários, sem recurso a quadro comunitário.

Em relação à Tejo Ambiente, a Tejo Ambiente é uma empresa que é nossa, a empresa não foi criada para que o município deixasse de ter esta despesa, é uma empresa nova e sendo nova nos primeiros tempos desta empresa, dificilmente no primeiro ano uma empresa tem lucros, e o ano passado teve de haver essa contribuição por nisso que é o prejuízo da empresa, proporcional à cota de cada município, e o ano passado tivemos de fazer um investimento, de cerca de 120 000 euros, este ano acreditamos que o valor é menos, mas não escondo que é uma empresa que está com, não direi capacidade de gestão, é uma empresa nova, que está a dar os primeiros passos, está a andar muito devagarinho, esta empresa que não é nenhuma entidade abstrata, é da exclusiva responsabilidade dos 6 municípios, nós temos obrigações de acordo com a legislação, de contribuir também naquilo que são os prejuízos da empresa, sendo certo que de acordo com as regras, estas empresas não podem dar prejuízo, mais do que três anos, porque se assim acontecer, a empresa terá de ser dissolvida, mas a empresa Tejo Ambiente vem para nos resolver também um conjunto de problemas, que de outra forma nós não conseguíamos fazer. O criar uma empresa intermunicipal, foi decisão do governo, por imposição também da união europeia, porquê, porque querem dinheiro, querem financiamento, ganhem escala, organizem-se, e foi isso que nós fizemos, e foi fruto desta agregação que fizemos, que estamos com um investimento que está a terminar, de quase um milhão de euros, por exemplo, no saneamento de Cabeça das Mós, era uma necessidade que nós tínhamos, e temos um EVEF, estudo de viabilidade económica financeira, um mau EVEF inicial, mas que hoje, passamos a tarde toda a rever esse EVEF e vamos brevemente apresentar um novo, que garanta a sustentabilidade desta empresa, não é porque é importante que a empresa seja sustentável, é porque é importante que a empresa exista para resolver problemas que nós temos no nosso território no âmbito do saneamento, e no fornecimento de águas.

Há questões aqui que estão e acima de tudo, são questões que a união europeia impõe, que se sobrepõem aquilo que são as razões económicas, que são as razões ambientais, há responsabilidades ambientais que nós temos que seguir, que têm um custo, que têm um custo elevado, mas que para bem do nosso planeta, para sustentabilidade do nosso planeta e para aquilo que eu disse para que entreguemos o nosso planeta aos nossos filhos e netos com qualidade, temos que fazer este investimento e ganhando escala, que é

aquilo que nós estamos a fazer, com os outros 5 municípios conseguiremos realmente levar o barco a bom porto, não tem sido fácil para os 6 municípios, não tem sido fácil, mas eu acredito completamente na sustentabilidade desta empresa, está a fazer investimentos muito grandes em todo o território, vai continuar a fazer no nosso concelho, estão previstos investimentos todos os anos, para resolver problemas de alguma gravidade e não só problemas de alguma gravidade, problemas que agora não são problemas, mas que agora há financiamento para os resolver, mas nós fizemos esta antevisão de perceber que algumas estruturas que nós temos no âmbito do saneamento, daqui a 2 ou 3 anos precisem de uma intervenção profunda, porque algumas delas têm 30 anos, então o ideal é fazermos agora e depois há outra questão também que tem sido importante, em articulação com a Tejo Ambiente, por exemplo o que se está a passar em Cabeça das Mós, Cabeça das Mós tem uma necessidade realmente já há muito tempo de pavimentação, é claro que aquilo que nós temos vindo a fazer, pedindo paciência às pessoas não fazia sentido nós fazermos a pavimentação num ano e depois passar meia dúzia de meses aparecer lá uma empresa chamada Tejo Ambiente a estragar aquilo que foi o alcatroamento que nós fizemos e abrir buracos para fazer condutas de saneamento, aquilo que nós tivemos de fazer foi esperar e fazer aqui uma articulação entre aquilo que é responsabilidades da empresa intermunicipal Tejo Ambiente e aquilo são as responsabilidades do Município, ou seja, da pavimentação, este é um trabalho de articulação, não é fácil, é um trabalho que nos tem levado muitas horas aos presidentes de câmara mas eu acredito que daqui a uns anos, pode não ser os próximos anos, todos nós nos vamos recordar desta luta e desde destes problemas que temos tido com esta empresa, que são problemas perfeitamente normais numa empresa nova, poucas são aquelas empresas que o fim de um ano dão lucro, ainda por cima empresas de darem lucro, com um grande investimento que a empresa Tejo Ambiente está a fazer no nosso território.”-----

Interveio o Senhor deputado Adérito Garcia referindo “É só para esclarecer ao Senhor deputado Joaquim António, e todos os que estão a ouvir e todos aqueles que têm porventura afirmado que o PS queria despedir pessoas no Município, não é verdade e quem conhece a legislação laboral inclusive das entidades públicas sabe que não é propriamente fácil de o fazer, nem temos sequer essa intenção, a intenção, temos dito várias vezes e até já em Assembleias passadas, se calhar o deputado Joaquim António não estava presente ou porventura não estaria atento, não temos intenção de despedir ninguém, achamos e já o dissemos várias vezes, na Assembleia e na Câmara Municipal, é

que podem ser mais bem distribuídos e de facto, é verdade, há serviços, a ação social nomeadamente, o Senhor Presidente reconhece isso, porque ele também já o referiu na reunião de Câmara Municipal, a ação social é um dos serviços que precisa de facto de reforço, mas porventura, poderá haver outros, também não conheço em pormenor a estrutura da câmara e o trabalho que está envolvido, nem tenho essa ambição neste momento, para haver outros que se calhar têm colaboradores que com alguma formação com algum acompanhamento, poderiam prestar serviço noutros serviços.

Em relação ao número de empresas, é verdade, 10 empresas com 5 colaboradores, dá 50 postos de trabalho, é verdade mas temos que perceber quantos postos de trabalho são novos, porque e na zona industrial que nós temos neste momento, há várias empresas que estão instaladas e ainda bem que lá estão, têm lá melhores condições, mas quando foram para lá não representaram criação de postos de trabalho, porque elas já estavam instaladas noutros locais, muitas delas em sítios sem condições, é verdade, e ali estão de facto muito melhor, mas a sua deslocação para a zona industrial nem sempre implica a criação direta de postos de trabalho, mas, que sejam só dez, serão sempre bem vindos, serão sempre mais e de facto, ainda bem que o Senhor deputado Joaquim António concorda com o alargamento da zona industrial, por nós já devia ter sido feita há muito tempo, porque achamos que é uma prioridade.

Em resposta ao Senhor Presidente, é claro que eu conheço esses documentos que o Senhor referiu e mostrou, mas, continuam a ser documentos, cada um, de seu tema, o orçamento é onde se une tudo, e esse fio condutor que une todas essas estratégias, devia estar presente, nós entendemos que devia estar dito claramente, para cada um dos vetores, qual é o nosso objetivo, qual é o objetivo global deste orçamento, a quatro anos, a um ano, só assim é que vamos conseguir perceber se daqui a 4 anos atingimos o objetivo ou não. Sobre a questão de conhecer o funcionamento das Câmaras Municipais, eu peço desculpa tenho de me socorrer aqui dos dados, entretanto fui aqui pesquisar, eu espero que o Senhor Presidente não queira estar a chamar nomes que sei que não quer a colegas seus, como Belmonte ou como só para dar concelhos de reduzida dimensão, mais próximos do nosso, como Ansião, como Seia, como Penamacor, como Proença a Nova, que o rácio de colaboradores no Município por mil habitantes, é francamente inferior ao do nosso município e isso Senhor Presidente, não é a questão dos bombeiros, sabemos que a questão de termos Bombeiros Municipais tem impacto nesse assunto, mas não é só os bombeiros, não passamos de rácios de 6 para 40 por causa dos bombeiros, peço desculpa,

mas facto não é a questão dos bombeiros, voltamos a referir, não temos intenção nem apoiamos qualquer decisão de despedimento de colaboradores.

Só para terminar e referindo-me à calculadora que refere, eu referi, de facto eu referi que aquela verba que nós encontramos como sendo o saldo disponível, seria utilizada para todas essas coisas que o Senhor Presidente referiu, eu referi, se calhar o Senhor Presidente não estava atento, e só mesmo a terminar, uma coisa é a capacidade de endividamento, outra questão é a capacidade de pagar os empréstimos, que a capacidade de endividamento nos pode permitir, e é de facto esse equilíbrio que é preciso ter, porque é preciso perceber que se temos capacidade de endividamento, vou dizer um número ao calhas, de 4 milhões de euros, é preciso percebermos se fossemos buscar esse dinheiro à banca, no próximo ano quanto é que isso nos vai custar, temos capacidade de pagar ou não temos, e portanto falar em capacidade de endividamento é um discurso que de facto ouvimos há muitos anos mas sinceramente o presidente não traz nada de novo o que é importante saber é e perceber é, quanto é que conseguimos suportar, quanto é que conseguimos amortizar de capital por ano, e quanto é que conseguimos pagar de juros para percebermos quanto é que podemos ir buscar à banca, é só nossa opinião."

Interveio o Senhor Presidente da Câmara referindo "Eu disse precisamente isso, que nós utilizamos a capacidade de endividamento fazendo a análise daquilo que conseguimos pagar e não acordo com toda a capacidade de endividamento, nós na verdade e com esta legislação agora temos uma capacidade de endividamento superior a 4 milhões de euros, mas nós nunca utilizamos um milhão de euros, porque fazemos as contas, como fazemos na nossa casa, à medida que vamos pagando, podemos ir renovando, podemos ir comprando um frigorífico, um fogão, uma máquina de lavar nova, à medida que vamos tendo essa disponibilidade financeira, eu disse isso, agora, o senhor na verdade, e continuo a dizer que o senhor pode conhecer a realidade do município de Belmonte e de outros municípios mas garanto-lhe que não conhece a realidade do município de Sardoal, e quando foi referido a ação social foi que realmente os senhores dizem que precisamos de mais gente na ação social, claro, precisamos de mais gente na ação social, precisamos de mais gente na contratação, precisamos de mais gente nos serviços técnicos, precisamos de mais gente em muito lado e não é um estalar de dedos que se requalifica uma pessoa de um lado para o outro, até porque se vamos tirar as pessoas de umas sessões para pormos nas outras elas passam a fazer falta nas outras. O Senhor por acaso sabe quantas pessoas estão no gabinete ação social, muito bem, cinco, acertou, sabe porquê, porque recentemente fizemos uma contratação, sabia que fizemos uma contratação recente,

porque achamos que é necessário e à medida que vamos conseguindo e até porque nos temos que preparar para aquilo que ele que é a delegação de competências, essa contratação tem meses, por isso estamos atentos a isso, a nossa diferença, em relação a outros municípios não se chama só bombeiros, chama-se bombeiros, chama-se escola, quantos municípios não têm a delegação de competências ainda com as escolas e nós temos os funcionários das escolas que são cerca de 4 quatro dezenas, que estão incluídos no nosso mapa pessoal e nós agora temos uma realidade, nós temos uma creche, 15 pessoas que temos que ter lá na creche, que muitos municípios não têm, se juntarmos as 15 pessoas que nós temos que ter, umas vezes temos mais, outras vezes temos menos, mas anda sempre 13, 14, 15, que é para completarmos o horário, que oferecemos um serviço aos pais, desde as 8:00 da manhã às 7:00 da tarde e fazemos a cobertura, temos de ter dois turnos de funcionários vezes, três salas, mais três educadoras, porque queremos qualidade, é uma realidade nova, que poucos municípios deste país têm e que falamos de 15 trabalhadores, mais os bombeiros, mais a escola, outra coisa também, que eu já disse várias vezes, nós não podemos ter equipamentos e não ter gente lá a trabalhar nesses equipamentos, como por exemplo nós temos uma piscina como os outros têm, não é só termos uma piscina coberta, nós temos que ter permanentemente trabalhadores nessa piscina, se nós temos um centro cultural com atividade que o nosso Centro Cultural tem nós temos que ter trabalhadores nesse Centro Cultural e garanto-lhe que muitos centros culturais, infelizmente, de muitas cidades que eu conheço e muitas vilas, não têm a atividades que o nosso tem e por sua vez também não precisam de ter uma equipa permanente como a nossa tem, mas o facto de termos esta equipa permanente, que permitiu que nós fôssemos aprovados, fossemos admitidos na Rede Nacional de Teatro e Cineteatro, a biblioteca, nós não podemos ter uma biblioteca com uma pessoa lá dentro, volto a dizer e já disse isto várias vezes, há um conjunto de equipamento que exige um conjunto de recursos humanos que tem que ser os mesmos para um concelho com 3800 habitantes ou para um concelho de 10000 habitantes, se nós tivéssemos 10000 habitantes não precisaríamos aumentar o número de funcionários da biblioteca, não precisaríamos de aumentar o número de funcionários do Centro Cultural, não precisaríamos de aumentar o número de funcionários da piscina, outra coisa também que muitos municípios não têm, chama-se Loja do Cidadão nós temos funcionários permanentes na Loja do Cidadão, some isso tudo e sabe o que é que eu digo, olhe o Senhor pode dizer o que quiser, mas não há outra forma de fazer as coisas, não há outra forma de rentabilizar os recursos humanos, de qualquer das formas, volto a dizer aquilo que eu disse

anteriormente, estou disponível para me sentar à mesa com os senhores e de uma vez por todas dizerem, então vamos lá ver como vamos fazer esta distribuição e como é que vamos fazer esta gestão, até para que os senhores não andem eventualmente com uma ilusão ou eventualmente os senhores têm razão, mas nós não conseguimos perceber qual é a vossa razão, porque aquilo que os senhores sempre nos transmitiram, foi de forma abstrata e nunca concreta, os senhores até têm um mapa de pessoal com a distribuição das pessoas que nos pediram, e foi-lhes dado com os diferentes serviços mas não houve ainda nenhum contributo em relação a isso. Acredita senhores deputados, que o número de recursos humanos que nós temos neste momento, para aquilo que é as respostas necessárias, não é suficiente, para termos respostas em termos da contratação, da programação, das candidaturas em termos de fundos comunitários, é um mundo enorme, que ocupa muitas horas dos nossos trabalhadores além daquilo que é trabalho normal que uma câmara municipal tem de fazer e sempre fez.” -----

A Bancada Parlamentar do Partido Socialista, apresentou uma Declaração de Voto, cujo teor a seguir se transcreve: -----

“Exmo. Sr. Presidente,

As Grandes Opções do Plano e Orçamento para o ano de 2022, para o Município, agora discutidos e votados, demonstraram mais uma vez, em nosso entender, a falta de estratégia do executivo PSD para a governação do Município.

Não existe uma estratégia para resolver ou mitigar os principais problemas e riscos do concelho, nomeadamente, e de entre outros, a redução da população, o arrefecimento da atividade comercial e ou empresarial e a criação de emprego, e por consequência, a capacidade de gerar receitas próprias.

Como se pode verificar nos referidos documentos, prevê-se o agravamento da dependência das transferências da Administração Central, por incapacidade de aumentar outras receitas.

A opção, de há anos a esta parte, é antes e tão somente os fundos dos Quadros Comunitários, de forma completamente isolada, por vezes até arbitrária, sem qualquer fio condutor ou visão estratégica. No fundo, coloca-se tudo no orçamento, e no final logo se vê.

No documento que agora discutimos, podemos perceber que para gastos de funcionamento gerais e compromissos já assumidos, vão ser alocados 6,86M€, ou seja 93,3% da receita total certa (transferências da Administração Central e receitas próprias).

Estes 6,86M€ estão divididos por:

- Despesas com pessoal: 3,78M€
- Aquisição de bens e serviços: 1,926M€
- Outras despesas correntes: 824K€
- Amortizações de capital de empréstimos: 369K€.

A verba restante, pouco mais de 490k€, fica então disponível para:

- Pagamento de dívidas de curto prazo, estimadas a 31/12/2021 em 850k€, pelo que não será possível fazer melhor que a gestão de crédito nos fornecedores ou parceiros, sejam eles fornecedores e Juntas de Freguesia;

Grupo Municipal de Deputados

do Partido Socialista

- Fazer face às amortizações de capital e pagamento de juros de empréstimos ainda não refletidos a dívida, que de acordo com o documento ascendem a mais 619k€;
- Parte do Município em obras financiadas pelo quadro comunitário ou outros, e
- Realização de obras sem apoios.

Da análise documento conclui-se pelo agravamento da liquidez financeira do município, isto é a capacidade de fazer face a despesas correntes imprevistas.

Conclui-se ainda pelo agravamento da dívida de médio e longo prazo do Município, sem que daí resulte a melhorias nos principais problemas e desafios do concelho e das suas gentes.

A governação dos últimos mandatos, tomou opções que hoje condicionam em muito a capacidade de investir nos reais problemas das populações.

Continuamos a assistir a uma governação do tipo “navegação à vista”, sem afirmar claramente para onde quer ir, ou de como lá quer chegar, isto é, sem uma verdadeira estratégia. Pela nossa parte, não a conseguimos vislumbrar nestes documentos, que, tratando-se dos primeiros deste mandato, deveriam de a apresentar, a estratégia, de forma clara e objetiva.

Por tudo isto, não podemos concordar com os documentos apresentados, pelo que votamos contra na aprovação das Grandes Opções do Plano e Orçamento para o ano de 2022.

Sardoal, 29 de dezembro de 2021

Pelos Deputados Municipais,

Adérito Garcia”-----

Considerando a alínea a), do nro. 1 do artigo 25º, da Lei nro. 75/ 2013, de 12 de setembro, a Assembleia Municipal de Sardoal, deliberou por maioria, aprovar as Grandes Opções do

Plano e Orçamento, com onze (11) votos a favor (PSD) e sete (7) votos contra(PS), bem como, aprovar por maioria, o Mapa de Pessoal para o ano de 2022, com onze (11) votos a favor (PSD) e sete (7) votos de abstenção PS). -----

Não havendo mais nada a tratar, foi pelo Senhor Presidente da Mesa, encerrada a sessão, eram vinte e três horas e cinquenta minutos, da qual se lavrou a presente ata. -----

O Presidente da Assembleia Municipal _____

O Primeiro Secretário _____

O Segundo Secretário _____